

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ECONOMIA – PPG/ECO

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE,  
ECONOMIA E GESTÃO PÚBLICA – FACE

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB

MARÍLIA DE SOUZA NETTO

**“Dont cry for me”, Argentina:** como o federalismo contribuiu para a crise econômica atual na Argentina e afetou a sua democracia.

Brasília, Brasil

2025

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ECONOMIA – PPG/ECO  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE,  
ECONOMIA E GESTÃO PÚBLICA – FACE  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB

MARÍLIA DE SOUZA NETTO

**“DONT CRY FOR ME”, ARGENTINA: COMO O FEDERALISMO  
CONTRIBUIU PARA A CRISE ECONÔMICA ATUAL NA ARGENTINA  
E AFETOU A SUA DEMOCRACIA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado  
Acadêmico em Economia, Universidade de Brasília,  
como requisito parcial para a obtenção do título de  
Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Bernardo Pinheiro Machado Mueller

Brasília, Brasil

2025

MARÍLIA DE SOUZA NETTO

**“DONT CRY FOR ME”, ARGENTINA: COMO O FEDERALISMO  
CONTRIBUIU PARA A CRISE ECONÔMICA ATUAL NA ARGENTINA  
E AFETOU A SUA DEMOCRACIA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado  
Acadêmico em Economia, Universidade de Brasília,  
como requisito parcial para a obtenção do título de  
Mestre em Economia.

Aprovado em 19 de fevereiro de 2025:

---

Prof. Bernardo Pinheiro Machado Mueller  
Orientador

---

Prof. Andrea Felipe Cabello  
Convidada 1

---

Prof. Claudio Shikida  
Convidado 2

Brasília, Brasil

2025

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pela orientação e amparo nos momentos difíceis. A Ele toda a glória!

Ao meu professor orientador, Prof. Bernardo Mueller, que com paciência acompanhou e incentivou meus projetos acadêmicos.

À minha banca, Prof. Andrea Cabello, Prof. Denilson Coelho e Prof. Claudio Shikida, que prontamente aceitaram o meu convite e contribuíram com a pesquisa feita nessa dissertação.

À minha família, que com paciência apoiou-me na realização deste trabalho.

Aos amigos, pelo incentivo, companheirismo, carinho e confiança.

Aos professores, pela grande contribuição no meu aprendizado.

## RESUMO

A Argentina é um país que tem passado por crises econômicas nas últimas duas décadas. Para descobrir o porquê dessa situação, é analisado o papel das instituições na economia e a sua influência na performance econômica do país, assim como em sua democracia. De forma mais específica, é estudado o federalismo fiscal da Argentina e sua disfuncionalidade. Com base no artigo de Gervasoni (2010), é elaborado um índice de democracia subnacional para cada província argentina e a Cidade de Buenos Aires, o qual é a variável dependente em um modelo de efeitos aleatórios. Utilizando esse modelo, observamos a influência do repasse dos recursos federais para as províncias em sua democracia, além da influência do líder nacional. Com os resultados obtidos, concluímos que tanto as transferências federais quanto o líder nacional têm um impacto na democracia subnacional.

**Palavras-chave:** Instituições; Argentina; Federalismo; Federalismo Fiscal; Teoria de Rentismo; Democracia

## **ABSTRACT**

Argentina is a country that has experienced economic crises over the last two decades. To find out why, the role of institutions in the economy and their influence on a country's economic performance, as well as in its democracy, is analyzed. Specifically, it examines Argentina's fiscal federalism is studied and its dysfunctionality. Based on the article by Gervasoni (2010), an index of subnational democracy is developed for each Argentine province and the city of Buenos Aires, which is the dependent variable in a random effects model. Using this model, we observe the influence of the transfer of federal resources to the provinces on their democracy, as well as the influence of the national leader with the results obtained, we conclude that both federal transfers and the national leader have an impact on subnational democracy.

**Key words:** Institutions; Argentina; Federalism; Fiscal Federalism; Rentier Theory; Democracy

## **LISTA DE IMAGENS**

Gráfico 1 - Total de recursos por origem (em milhares de pesos argentinos)

Gráfico 2 – Desequilíbrio fiscal vertical em 2019

Gráfico 3 – Resultado primário das províncias (em milhões de pesos)

Gráfico 4 - Índice de Democracia Nacional

Gráfico 5 – Índice de Democracia Nacional Ponderado

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Quadro resumo das vertentes do institucionalismo

Tabela 2 – Distribuição da Coparticipação Federal de Impostos

Tabela 3 – Resultado da Análise Fatorial

Tabela 4 – Índice de Democracia Subnacional

Tabela 5 – Resultado da Análise dos Componentes Principais

Tabela 6 – Fontes dos dados para o modelo

Tabela 7 – Resultados dos Modelos

Tabela 8 – Determinantes do Tamanho Relativo da Folha de Pagamento Provincial

Tabela 9 - Determinantes dos Impostos Provinciais

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CABA	Ciudad Autónoma de Buenos Aires
CIM	Contract intensive money
DEIE	Dirección de Estadísticas e Investigaciones Económicas
DEIS	Dirección de Estadísticas e Información de la Salud
DNAP	Dirección Nacional de Asuntos Provinciales
FEDEI	Fundo Especial de Desenvolvimento Elétrico do Interior
FONAVI	Fondo para obras de vivienda, urbanización, infraestructura, servicios y equipamiento comunitario
GLP	Gás liquefeito de petróleo
GMM	Generalized Method of Moments
ICRG	International country risk guide
INDEC	Instituto Nacional de Estadística y Censos
IVA	Imposto do valor agregado
MQO	Mínimos Quadrados Ordinário
NEI	Nova Escola Institucional
PIB	Produto Interno Bruto
PVAR	Panel Vector Autoregression

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução .....</b>	<b>10</b>
<b>2. As instituições e o crescimento econômico .....</b>	<b>14</b>
2.1. Instituições e desenvolvimento econômico na América Latina .....	30
<b>3. Federalismo e economia .....</b>	<b>36</b>
3.1. Panorama do federalismo argentino atual .....	38
3.2. Como o federalismo influencia a economia argentina .....	44
<b>4. Federalismo e democracia subnacional .....</b>	<b>51</b>
4.1. Teoria de rentismo, federalismo fiscal e suas relações com a democracia subnacional .....	51
4.2. Dados para a construção do Índice de Democracia Subnacional .....	55
4.3. Dados para os modelos .....	60
4.4. Estimação .....	63
4.5. Democracia nacional .....	70
<b>5. Conclusão .....</b>	<b>74</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>76</b>

## 1. Introdução

A Argentina tem, nas últimas duas décadas, passado por crise após crise, mas por que isso? Por que nenhum governo, tanto de direita quanto de esquerda, conseguiu promover um crescimento econômico de médio prazo?

No meu trabalho, defendo que as instituições argentinas – especificamente, o federalismo - são a razão disso. Há uma extensa literatura sobre a relação das instituições com a economia de um país, a qual correlaciona instituições ineficientes com declínio econômico. Devido às instituições mal desenvolvidas e com pouca credibilidade, a Argentina tem passado por instabilidades políticas e econômicas, o que afeta o sucesso de medidas propostas pelo governo para solucionar as crises.

Inicialmente, é feita uma revisão bibliográfica sobre o institucionalismo e suas diversas vertentes. Existem cinco linhas de pensamento institucionalistas. O antigo institucionalismo tem um foco maior nos hábitos dos indivíduos, defendendo que são eles que mudam as instituições e que as instituições podem moldar o comportamento das pessoas. Logo, ocorre uma via de mão dupla, na qual os indivíduos influenciam e são influenciados pelas instituições. O neo-institucionalismo vê as instituições como restrições, um exemplo são as leis de propriedade, as quais existem na sociedade e impactam a economia. Além disso, há autores como Acemoglu, Johnson e Robinson (2005a) que acreditam que as instituições políticas e a distribuição de recursos determinam as instituições econômicas e a performance da economia direta e indiretamente.

Já a nova economia institucional se aprofunda na questão dos custos de transação e no papel do ambiente institucional na redução de tais custos. A teoria da regulação

defende que as instituições são mediadoras entre o político e o econômico em um ambiente conflitivo. Para a última vertente, a teoria evolucionária, a evolução das instituições influencia a organização das firmas, e, portanto, os padrões de desenvolvimento dos países não são iguais. Tendo em vista todas as vertentes, nesta dissertação é seguida o novo institucionalismo.

Além da apresentação das vertentes, também é feita uma análise bibliográfica de artigos sobre a influência das instituições na economia dos países. Como o país estudado é a Argentina, foi feita uma análise de artigos que expõem essa influência na América Latina. Eles abordam as consequências da colonização ibérica, a concentração de poder, os privilégios de setores da população e as autocracias militares.

No terceiro capítulo da dissertação, é discutida uma importante instituição argentina, o federalismo. Primeiro, são expostos artigos que exploram a relação entre o federalismo e a economia em geral. Depois, é dado um panorama do federalismo argentino, pontuando a autonomia das províncias e a sua dependência em relação às transferências federais. Ao aprofundar nesse tema, são citados autores, como Ardanaz, Leiras e Tommasi (2014), Benton (2008), Melo (2005) e Gordin (2007, 2020), que apontam os problemas do federalismo fiscal argentino. O sistema tributário do país leva ao problema de *common pool resources*, no qual as províncias não possuem incentivos para cobrar impostos, já que confiam nos recursos das transferências federais. Ademais, os *bailouts*, historicamente feitos pelo governo central, tornam o aumento de gastos convidativo para os governos provinciais, comportamento que afeta a economia nacional.

Para observar a relação do federalismo e democracia, faremos uma análise baseada no artigo de Gervasoni (2010), no qual ele elabora um índice de democracia subnacional e observa o efeito das rendas de transferências federais e dos recursos naturais sobre tal índice para cada província da Argentina. A teoria de rentismo estuda o

impacto que as rendas externas exercem na democracia dos Estados cuja maior parte da receita é originária dessas rendas. Essas podem ser derivadas de recursos naturais, como o petróleo, ou podem ter uma origem fiscal – no caso da Argentina, do repasse de recursos federais para as províncias pelo Fundo de Coparticipação.

Para mostrar essa relação, foram utilizados dados, no período entre 1999 e 2020, do *Atlas Electoral* Andy Tow (2024), da *Dirección Nacional Electoral* (2024), do *Observatorio Político Electoral* (2024), do DNAP (2024), INDEC (2004), DEIS (2022), DEIE (2024), *Secretaría de Energía* (2024) e do LatinBarometer (2024). Com base nessas publicações, foram estimadas regressões por modelos de efeitos aleatórios que analisam a influência das transferências federais, das rendas dos recursos naturais, do desenvolvimento, da cultura, do governador pertencer ao do mesmo partido do presidente e a popularidade do último, do tamanho da burocracia pública e se algum governador já concorreu ou ganhou a presidência, na democracia subnacional. Ao estimar os modelos, foi determinado que as transferências federais afetam a democracia, mas possuem efeito menor do que o governador ou ex-governador de uma província concorrer ou ganhar as eleições para presidência do país. Para explicar isso, foram analisados os governos de Carlos Menem e de Néstor Kirchner.

Após isso, é calculado um Índice de Democracia Nacional de duas formas: pela média dos Índices Subnacionais e pela média desses índices ponderada pela proporção dos recursos orçamentários destinados às províncias. Com base no primeiro cálculo, observamos que o índice nacional é estável, exceto para as eleições ocorridas em 2011, devido à redução dos índices subnacionais de doze províncias. De acordo com o segundo método, podemos ver que a Argentina é um país com uma democracia estável.

A dissertação será dividida da seguinte forma: no capítulo 2 é feita uma revisão bibliográfica acerca do papel das instituições no desenvolvimento econômico de um país

e, de forma mais específica, na América Latina; em seguida, é feita uma análise de relação do federalismo com a economia, principalmente do federalismo fiscal. No capítulo 4, é observado, com base na teoria de rentismo, o efeito do federalismo, pelo federalismo fiscal, na democracia subnacional e nacional. Por último, temos as conclusões extraídas da dissertação.

## 2. As instituições e o crescimento econômico

Nesse capítulo, serão abordadas as vertentes da teoria institucionalista e como as instituições são analisadas no contexto latino-americano. Com essa base teórica, serão mostradas as diferentes visões sobre os efeitos que as instituições têm nos agentes econômicos e, conseqüentemente, o impacto delas na economia. Ademais, como o objetivo da dissertação é mostrar a influência das instituições argentinas na sua performance econômica, serão destacadas análises das instituições no ambiente em que esse país se insere, a América Latina.

Há uma grande discussão acerca dos motivos que levam ao crescimento econômico em um país. Alguns, por exemplo, acreditam que é a geografia (ENGERMAN; SOKOLOFF, 2002), outros que é a cultura (MOKYR, 2016). Esta dissertação defende que são as instituições que influenciam a economia de um país – nesse caso, da Argentina.

Há diversas abordagens institucionalistas: a antiga, cujo maior expoente é Thorstein Veblen, a neo-institucionalista, com Douglass North, a nova economia institucional (NEI), com pensadores como Ronald Coase, Oliver Williamson e John Commons, a teoria da regulação e os evolucionários (CONCEIÇÃO, 2002). Cada uma delas possui uma definição para instituições e uma análise de como essas influenciam a economia.

Em relação ao antigo institucionalismo, ele surgiu da crítica a alguns pontos da teoria neoclássica, como a suposição de que as inovações e os indivíduos – racionais, com preferências autônomas e crenças formadas de forma separada da sociedade (HODGSON, 1993) - são dados e o foco no equilíbrio estável, ao invés da mudança. Para Veblen, as instituições são os hábitos estabelecidos pelo pensamento comum dos homens.

Esses hábitos, ao se tornarem coletivos, generalizados e enraizados, formam as instituições políticas, econômicas e sociais. Ele definiu os hábitos como uma tendência de comportamento, moldado pelas circunstâncias, as quais seriam as condições de produção vigentes em cada sociedade (VEBLEN, 1912 apud LOPES, 2013), e transmitidos culturalmente. Logo, a cultura e as rotinas originam algumas formas de seleção e compreensão de dados. (CONCEIÇÃO, 2002; LOPES, 2013)

Nessa abordagem, as instituições não podem ser somente regras escritas ou instituições formais. Elas existem e influenciam a sociedade porque estão embasadas em hábitos compartilhados, se não estiverem, desaparecerão. Hodgson (2002, 2007b apud LOPES, 2013) afirma que, para Veblen, a relação entre hábitos e instituições é uma via de mão dupla, ou seja, há uma *reconstitutive downward causation*. Isso significa que os agentes recebem influência institucional ao mesmo tempo em que moldam as instituições a partir de hábitos compartilhados. As instituições influenciam o comportamento dos indivíduos, mas eles, por serem agentes ativos, podem alterar as instituições sociais. Para Veblen, a emergência e a consolidação das instituições ocorrem devido aos hábitos, que criam instituições fortes ao serem internalizadas na vida social. (HODGSON, 1993; LOPES, 2013)

Chang e Evans (2005), de forma similar ao antigo institucionalismo, defendem que as instituições são padrões sistemáticos de expectativas compartilhadas, suposições consideradas certas, normas aceitas e rotinas de interações que têm efeitos robustos em moldar as motivações e o comportamento de atores sociais interconectados. Para eles, a mudança das instituições requer mudança na visão de mundo na qual elas se baseiam.

Eles abordam a formação e mudança das instituições em duas linhas de pensamento: a de eficiência e a de interesses de grupos. A linha de pensamento sobre eficiência acredita que as instituições são eficientes pois os agentes irão estabelecê-las

para aumentar seus ganhos com comércio e, no caso de haver instituições ineficientes, elas não se manterão no longo prazo. Mas, há algumas versões dessa linha que defendem que nem toda mudança institucional será eficiente pois a evolução das instituições está conectada à dependência do passado. Existe outra abordagem, mais subjetiva, em que as instituições envolvem valores morais e, com a operação dessas instituições, os indivíduos internalizam esses valores. (CHANG; EVANS, 2005)

A linha de pensamento sobre interesses defende que as instituições são instrumentos para garantir os interesses de grupos politicamente organizados. Dentro dessa linha, há a visão do interesse estruturado, a qual acredita que os interesses são estruturados pelas instituições, ou seja, a mudança de poder entre interesses existentes envolve mudanças em estruturas institucionais mais profundas. A outra visão é a baseada na cultura, em que defende que as mudanças nas instituições demandam mudanças na visão de mundo dos agentes envolvidos. (CHANG; EVANS, 2005)

Focando na relação inversa entre instituições e desenvolvimento econômico, Chang (2011), defende que uma riqueza maior pode criar demandas maiores para instituições de maior qualidade e torná-las mais acessíveis, além de criar agentes de mudança, os quais demandam novas instituições. Ele questiona também se as instituições incentivadoras do livre mercado levam ao crescimento mais rápido, já que as pessoas têm diferentes valores, o que as faz perceberem diferentes graus de liberdade, tornando complexa a definição do livre mercado e a percepção de quais instituições maximizam a liberdade econômica. Ademais, a relação entre instituições e desenvolvimento econômico não são sempre iguais, podendo ter consequências distintas em países diferentes ou em momentos diferentes.

Chang (2011) também aborda duas visões sobre mudanças institucionais: o voluntarismo e o fatalismo. O extremo voluntarismo acredita que as instituições podem

mudar facilmente se houver uma vontade política. Porém, as instituições são criadas e formuladas para serem estáveis e persistirem, ou seja, não será fácil mudá-las. Já a visão fatalista defende que as instituições são profundamente influenciadas por fatores imutáveis, como geografia ou cultura. Logo, essa visão não considera as escolhas que os agentes fazem.

Segundo Lopes (2013), o novo institucionalismo reconhece as inconsistências da ortodoxia, assim como o antigo institucionalismo, mas tenta corrigi-las. Nessa vertente, a alocação dos recursos na sociedade é determinada por sua estrutura organizacional, ou seja, suas instituições. Dessa forma, o mercado apenas cumpre o que as instituições estabelecem (CONCEIÇÃO, 2002). Além disso, a relação entre instituições e indivíduos é vista como uma via de mão única, o que significa que as ações individuais levam à formação das instituições, mas elas não mudam os indivíduos, a não ser para providenciar informação ou restrições (HODGSON, 1993). Portanto, a análise dos novos institucionalistas prioriza as instituições e foca nos direitos de propriedade, os quais estimulam os investimentos, reduzem a incerteza futura, garantem os rendimentos inovadores e estimulam o aumento de estoque capital e humano, o avanço do conhecimento, a produtividade e o desenvolvimento econômico. (North, 1994 apud LOPES, 2013)

Para Douglass North (1991), as instituições são restrições, feitas pelos agentes, que estruturam a interação política, econômica e social. Dessa forma, elas consistem em restrições informais, como sanções, tabus, tradições e códigos de conduta, e regras formais, por exemplo, leis e direitos de propriedade. Segundo o autor, elas providenciam a estrutura de incentivos da economia e, conforme essa estrutura evolui, ela leva a economia ao crescimento, à estagnação ou ao declínio, ou seja, nada garante que o processo evolutivo da economia leve ao crescimento. Além disso, ele afirma que a

especialização internacional e a divisão do trabalho requerem instituições que assegurem os direitos de propriedade para que se possa ter credibilidade entre os agentes no mercado de capital.

Além de serem restrições, as instituições são criações dos indivíduos para redução da incerteza em relação ao futuro e garantia de um ambiente estável aos investimentos e lucratividade do capital. As incertezas levam à insegurança, o que gera custos de transação. Então, os agentes desenvolvem instituições, as quais determinam o surgimento de organizações – econômicas, políticas ou sociais. Elas interagem entre si, com recursos empregados e tecnologia, determinando os custos de produção. As firmas, ao trabalharem com os recursos e a tecnologia e ao utilizar o mercado, interagem com as instituições, definindo os custos de transação. (LOPES, 2013; MORSELLI, 2021)

Como a transmissão de conhecimento é feita pela evolução cultural, as crenças são importantes para compreender a formação de instituições, as quais são representações da consciência dos indivíduos para organizar o seu meio, mas com o papel principal de reduzir a incerteza (NORTH, 1998 apud LOPES, 2013). As crenças determinam a perpetuidade da estrutura institucional ou a sua transformação, viabilizando, ou não, melhores condições de crescimento – isso seria o *path dependence*. A política pode alterar a percepção da realidade, as crenças e a estrutura institucional em determinado período. A relação entre cultura, política e instituições é um processo contínuo, portanto, elas estão em constante alteração. (LOPES, 2013)

Corroborando com a visão de North, Greif (2006) afirma que as instituições têm componentes formais ou organizações – mercado de ações e cortes jurídicas –, os quais são observáveis, e componentes mais difíceis de se avaliar, como as crenças relacionadas à execução jurídica. Para ele, a proteção dos direitos de propriedade, em conjunto com a segurança dos contratos, providencia as fundações dos mercados. A motivação da

especialização e do intercâmbio de conhecimento, o desenvolvimento e adoção do conhecimento útil, o investimento em capital físico e humano e o estímulo a poupar também são formas de as instituições incentivarem a produção.

Como as instituições possuem componentes formais e informais, elas incorporam as crenças e regras herdadas, as quais influenciam as preferências dos indivíduos. Eles tentam seguir o comportamento institucionalizado que, por sua vez, reproduz a instituição – esse comportamento confirma as crenças e regenera as normas associadas. Logo, as instituições contribuirão para mudanças na economia na proporção em que altera os interesses e conhecimentos que embasam as regras e contratos prevalentes. (GREIF, 2006)

Para Acemoglu, Johnson e Robinson (2005a), as instituições econômicas influenciam a estrutura de incentivos na sociedade, contribuindo ou impedindo a alocação eficiente dos recursos. Elas são importantes para o crescimento econômico porque influenciam os investimentos em capital físico e humano e em tecnologia.

O sistema defendido pelos autores diz que as instituições políticas e a distribuição de recursos determinam as instituições econômicas e a performance da economia direta e indiretamente. As instituições políticas alocam o poder político *de jure* – que se origina das instituições políticas, como a constituição e as regras eleitorais – e são influenciadas por quem o possui, os quais optam por manter as instituições que os deram o poder. Porém, o poder político *de facto* – o qual depende da habilidade, normalmente conectada com recursos materiais, de um grupo de resolver um problema coletivo -, ocasionalmente, causa mudanças nas instituições políticas. Esse último depende dos recursos econômicos do grupo, o que determina sua habilidade de usar as instituições políticas e sua capacidade de usar força contra diferentes grupos. (ACEMOGLU; JOHNSON; ROBINSON, 2005a)

Por alocar o poder político *de jure*, as instituições políticas são importantes. Como o poder *de facto* costuma ser transitório e difícil de exercer, essas instituições são cruciais para criar uma fonte de poder político durável. Isso leva grupos a usar o seu poder político *de facto* para mudar as instituições e, assim, modificar a distribuição do futuro poder em seu favor. O sistema persiste porque as instituições políticas são feitas pensando no longo prazo, então são difíceis de mudar e demandam uma alteração grande na distribuição do poder político. (ACEMOGLU; JOHNSON; ROBINSON, 2005a)

Portanto, a estrutura de equilíbrio das instituições econômicas será determinada por quem tem poder para criar e manter instituições que o beneficiam. Assim, a distribuição de poder político determina as instituições econômicas, a alocação dos recursos e o ritmo do crescimento econômico. Logo, o resultado desse processo tende a não ser eficiente. (ACEMOGLU; JOHNSON; ROBINSON, 2005a)

Para contribuir com o crescimento econômico, as instituições devem ter certas características: as instituições políticas devem fiscalizar o grupo que tem o poder político para emergir instituições econômicas boas. Se o poder estiver com um grupo amplo com oportunidades de investimento e com *rents* limitados, é mais provável que essas instituições se desenvolvam. (ACEMOGLU; JOHNSON; ROBINSON, 2005a)

Assim como são citadas características que trazem eficiência para as instituições, os autores citam fontes de ineficiência. A primeira são os perdedores políticos, agentes que não querem mudar instituições ou atualizá-las porque perderiam seu poder, e a segunda são os perdedores econômicos, similares aos políticos. Essas fontes derivam do problema de compromisso, pois se os agentes soubessem e confiassem que seriam compensados após a mudança, não teriam uma grande resistência às mudanças. Com isso, os autores concluem que reformas institucionais são mais prováveis de serem

implementadas se os agentes não tiverem seu poder ameaçado. (ACEMOGLU; JOHNSON; ROBINSON, 2005a)

Wolf Jr (1955) refere-se às instituições como organizações e políticas, tanto governamentais quanto privadas. O autor analisa o efeito das instituições no cálculo dos custos e benefícios, na probabilidade e na previsibilidade das relações econômicas, no conhecimento de oportunidades econômicas e nas motivações e valores. Em relação ao primeiro, elas podem mudar a relação custo e preço por meio do apoio ao mercado de capital, o qual pode permitir ao empreendedor o compartilhamento dos custos fixos de sua produção, e das instituições de crédito. Por afetarem a estrutura de incentivos na sociedade, as instituições se diferenciam entre as que adotam e financiam as inovações, e as que se beneficiam disso.

Como o autor considera a ordem econômica como a junção da probabilidade – riscos associados com ações particulares dado que suas consequências podem ser previstas – e da previsibilidade – confiança subjetiva quando o indivíduo estima o risco -, as instituições podem afetar ou um ou os dois fatores. Se afetar os dois, os resultados podem ser mutuamente reforçados ou contrários, pois para assegurar contra alguns riscos, ocorrerá o aumento da previsibilidade das consequências de atos econômicos específicos, ao mesmo tempo em que pode aumentar ou reduzir a probabilidade de ganho para os indivíduos. (WOLF JR., 1955)

A terceira forma em que as instituições afetam o crescimento econômico é por meio da redução de imperfeições no mercado, as quais ocorrem pela falta de conhecimento sobre as oportunidades técnicas, de produção e de aquisição. Portanto, elas devem disseminar informações sobre técnicas e oportunidades e facilitar a conexão entre essa informação e a concretização das necessidades urgentes do indivíduo. A disseminação da informação de forma coerente e integrada pode afetar as probabilidades

e previsibilidades subjetivas das escolhas econômicas alternativas, assim como a percepção das oportunidades. (WOLF JR., 1955)

Definindo valores como julgamentos individuais ou coletivos acerca do que é desejável, Wolf Jr (1955) defende que mudanças significativas na estrutura institucional das sociedades devem ser precedidas de mudança nos valores da sociedade e, como a relação entre instituições e valores é interativa, elas também podem ativar valores que estavam dormentes.

A terceira vertente, a NEI, pode ser resumida em três hipóteses: as transações e seus custos definem diferentes modos institucionais de organização, a tecnologia não é um fator determinante da organização da firma e as falhas de mercado são centrais à análise econômica. Um dos fundadores da “economia dos custos de transação”, John R. Commons definiu instituição como uma ação coletiva para controle, liberação e expansão da ação individual (COMMONS, 1931). Ele via o conflito como algo natural devido à permanente escassez na economia, por isso, as instituições – por serem mecanismos de ação coletiva – dariam “ordem” ao conflito e aumentariam a eficiência. (CONCEIÇÃO, 2002)

Outro autor renomado que seguia essa abordagem era Coase (1991), o qual acreditava que “faz pouco sentido os economistas discutirem o processo de trocas sem especificar o ambiente institucional em que o processo da troca acontece, já que isso afeta os incentivos para produção e os custos da transação”. Para ele, as transações e seus custos eram objetos centrais na análise, e não a tecnologia, e a incerteza e a racionalidade limitada dos indivíduos eram elementos-chave na análise dos custos de transação. Essa racionalidade limitada, em conjunto com o oportunismo, justificam a existência dos custos de transação. Nesse cenário, o ambiente institucional orienta o processo de tomada de decisões, com o objetivo de reduzir tais custos. Em suma, a geração da ação coletiva

e a estruturação de arranjos contratuais com o objetivo de minimizar os custos de transação orientaria o comportamento e a definição das instituições. (CONCEIÇÃO, 2002)

Williamson (2000), em *The New Institutional Economics: Taking Stock, Looking Ahead*, afirma que a NEI estuda o ambiente institucional - regras formais, principalmente acerca de propriedades – e a governança – os contratos e a forma de alinhar a estrutura de governança com as transações. O autor também cita a racionalidade limitada e o oportunismo, os quais tornam os contratos incompletos, com presença da seleção adversa e do *moral hazard*. Segundo ele, os agentes econômicos não serão honestos sobre suas condições reais e o governo é uma forma de organização de última instância para transações mais difíceis.

Segundo Boyer (1990), um dos expoentes da Teoria da Regulação, as formas institucionais funcionam de três formas: leis, regras ou regulamentos; compromisso e sistema de valores. No primeiro caso, as instituições impõem um certo tipo de comportamento econômico aos grupos e indivíduos. No segundo, os agentes partem do seu próprio interesse para estabelecer um certo número de convenções que regem seus engajamentos mútuos. Por último, o sistema de valores leva a rotinas que substituem a espontaneidade e a diversidade de iniciativas individuais.

Pela interpretação dessa Teoria, as instituições são formas de mediação entre os conflitos e os antagonismos e normas e regras que os transformam em diferenciações sociais com uma estabilidade parcialmente sólida, assegurando a reprodução do sistema de maneira relativamente duradoura. Além disso, as instituições são articuladoras entre o político e o econômico em um ambiente conflitivo. Portanto, as instituições são desenvolvidas em ambientes conflituosos e têm como objetivo normalizar ou estabelecer

parâmetros de convenção entre agentes diferentes e separados socialmente, para permitir a regulação mais ou menos estável e duradoura do capitalismo. (CONCEIÇÃO, 2002)

A última abordagem é a teoria evolucionária do desenvolvimento econômico. Mesmo não considerando as instituições como unidade central de análise, elas são elementos indissociáveis do processo dinâmico de crescimento e de mudança tecnológica. A sua evolução influencia a natureza e a organização das firmas, de forma a explicitar o caráter diferenciado e histórico dos vários padrões de desenvolvimento. (CONCEIÇÃO, 2002)

Saindo da discussão das vertentes teóricas do institucionalismo, Morselli (2021), utilizando um modelo de Solow que inclui instituições, examina o efeito da qualidade dessas no nível de produção e nas taxas de crescimento da economia. O autor conclui que as instituições eficientes aumentam a produtividade do capital, afetando indiretamente a produção e o investimento. Além disso, melhores instituições contribuem para a acumulação de capital, o que aumenta o investimento, o qual implica em um maior capital no estado estacionário e maior produto por trabalhador. Porém, no longo prazo, a taxa de crescimento do produto por trabalhador é determinada pelo ritmo do progresso tecnológico.

Analisando uma versão do modelo que identifica os efeitos das instituições na tecnologia e na produtividade do capital, foi concluído que a taxa de crescimento do produto por trabalhador é determinada não somente pela tecnologia, mas pela qualidade das instituições. Nesse caso, elas influenciam o produto marginal do capital e, conseqüentemente, os investimentos e a acumulação de capital. Portanto, instituições eficientes aumentam os retornos do investimento, que, por sua vez, aumentam a acumulação de capital. (MORSELLI, 2021)

Focando, agora, em estudos voltados para a análise empírica, há diversos trabalhos cujo objetivo é mostrar o impacto das instituições na economia dos países. O artigo mais notório - e base para o Prêmio Nobel que os autores ganharam em 2024 - é o *The Colonial Origins of Comparative Development: An Empirical Investigation* de Acemoglu, Johnson e Robinson (2001). Nele, os autores partem de três premissas: diferentes tipos de colonização criaram diferentes tipos de instituições, a estratégia de colonização foi influenciada pela viabilidade do assentamento e o Estado colonial e as instituições persistiram após a independência.

O ponto de maior destaque no trabalho foi o uso da taxa de mortalidade esperada dos primeiros colonizadores europeus nas colônias como um instrumento para instituições atuais nos países. O raciocínio seguido pelos autores é que a mortalidade (potencial) do colonizador influenciaria na vontade de fazer assentamentos na colônia, o que leva a formação das primeiras instituições, as quais persistem até os dias de hoje e impactam na performance atual dos países. Usando a taxa de mortalidade esperada, o index de proteção contra expropriação e o produto interno bruto (PIB) per capita, e estimando uma regressão de mínimos quadrados ordinários (MQO), os autores encontraram que a taxa de mortalidade explica vinte e cinco por cento da variação das instituições atuais. Além disso, ao controlar o efeito das instituições na economia, nem a distância da linha do Equador nem uma *dummy* para África não eram significantes, ou seja, a África é mais pobre do que o resto do mundo por causa das instituições, não por causa da geografia ou fatores culturais. (ACEMOGLU; JOHNSON; ROBINSON, 2001)

Os mesmos autores, em *The Rise of Europe: Atlantic Trade, Institutional Change and Economic Growth*, usaram dados de urbanização e *dummies* sobre a localização dos países, no caso se é um país do Oeste Europeu e se é um país que fazia comércio pelo Oceano Atlântico para mostrar que o crescimento dos países do Oeste Europeu entre 1500

e 1850 foi um resultado dos efeitos indiretos do comércio internacional. Acemoglu, Johnson e Robinson (2005b) concluem que as oportunidades de comércio via Atlântico e os lucros associados ao colonialismo e à escravidão foram importantes para o crescimento europeu. Ademais, esse crescimento refletiu a transformação social induzida pelas oportunidades desse comércio.

Docquier (2013), usando os dados de índice de democracia e autocracia para instituições políticas; de grupos religiosos e étnicos, sindicatos e forças militares para poder político; e dados do *international country risk guide* (ICRG), *Freedom House* e *Heritage Foundation*, conclui sua análise afirmando que a inércia institucional é forte, e que mudanças nelas e seus efeitos no desenvolvimento são prováveis de operar de forma devagar.

Já Sachsida (2011) agrupa os sessenta e um maiores PIBs do mundo e os divide em três grupos - ricos, renda média e pobres - para observar a influência da qualidade das instituições no crescimento econômico. Para isso, ele dividiu dois tipos de instituições: as políticas e as econômicas. As primeiras referem-se às liberdades civis e direitos políticos e as segundas, às liberdades econômicas. O autor também classificou os países em livres – possuem ampla margem de competição política, respeito pelas liberdades civis e significativa vida cívica e mídia independentes -, países parcialmente livres – sofrem com ambiente de corrupção, fraco cumprimento das leis e conflitos étnicos e religiosos – e países não livres – nos quais os direitos políticos básicos estão ausentes e as liberdades civis são negadas.

Com isso, o autor afirma que há uma correlação positiva entre liberdade política e riqueza da nação, mas que isso não é a principal razão da riqueza, dado que há países ricos que não são livres e que existem países livres politicamente que possuem renda média. Entretanto, ele encontra que todos os países considerados economicamente livres

são ricos, o que o faz concluir que o compromisso com a liberdade econômica garante a riqueza da nação. Logo, instituições que promovem essa liberdade o farão com o crescimento e enriquecimento do país. (SACHSIDA, 2011)

Jensen (2008), ao analisar o efeito da democracia, do nível de desenvolvimento de um país e do seu crescimento econômico no seu risco, conclui que as instituições democráticas abaixam o nível de risco, o que atrai investimento estrangeiro direto. Ele especifica que esse resultado se dá pelas restrições que o Poder Executivo possui em regimes democráticos.

Rodrik, Subramanian e Trebbi (2002) mostram que a qualidade das instituições tem um maior impacto no desenvolvimento econômico do que a geografia e o comércio internacional. Para isso, ele utiliza dados de proteção ao direito de propriedade e de qualidade do *rule of law* para a qualidade institucional, a razão entre comércio e PIB para comércio internacional e a distância da Linha do Equador para geografia. Assim, eles concluem que se as instituições estão controladas, o comércio não tem efeitos diretos na renda e a geografia possui efeitos fracos. Além disso, qualidade institucional tem um efeito positivo no comércio e vice-versa, ou seja, o comércio internacional tem um efeito indireto na renda ao melhorar a qualidade institucional. (RODRIK; SUBRAMANIAN; TREBBI, 2002)

Tendo em vista todas as diferentes visões sobre a importância das instituições (Tabela 1), e como serão analisadas a influência das instituições políticas argentinas em sua performance econômica, será adotada a vertente do novo institucionalismo nessa dissertação.

Tabela 1 – Quadro resumo das vertentes do institucionalismo

Vertente	Palavras-chave	Autores	Definição de instituição	Como instituições afetam a economia
Antigo institucionalismo	Hábitos compartilhados	Thorstein Veblen  Chang e Evans	Hábitos estabelecidos pelo pensamento comum dos homens  Padrões sistemáticos de expectativas compartilhadas	<i>Reconstitutive downward causation</i>  Aumento dos ganhos com comércio, internalização dos valores morais
Novo institucionalismo	Restrições formais e informais	Douglass North  Greif  Acemoglu, Johnson e Robinson  Wolf Jr.	Restrições que estruturam a interação política, econômica e social  Componentes formais e informais  Regras formais  Organizações e políticas (governamentais e privadas)	Estrutura de incentivos da economia  Alteração dos interesses e dos conhecimentos que embasam as regras e contratos prevalentes  Instituições políticas <i>de jure</i> e <i>de facto</i> ; instituições econômicas  Influenciam o cálculo dos custos e benefícios, na probabilidade e

				previsibilidade das relações econômicas, no conhecimento de oportunidades econômicas e nas motivações e valores
Nova economia institucional	Racionalidade limitada  Falhas de mercado  Custos de transações	Commons  Coase  Williamson	Ação coletiva para controle, liberação e expansão da ação individual  Ação coletiva e estruturação de arranjos contratuais para minimizar os custos de transação  Regras formais, principalmente sobre propriedades	Dar “ordem” aos conflitos e aumentar a eficiência  Orientação do processo de tomada de decisões, para reduzir os custos de transação
Teoria da regulação	Mediação de conflitos	Boyer	Leis e regras; compromisso e sistema de valores  Formas de mediação entre conflitos e antagonismos	Impõe certo tipo de comportamento econômico aos grupos e indivíduos  Estabelece parâmetros de convenção entre agentes diferentes e separados socialmente
Evolucionária	Diferentes padrões de desenvolvimento		Elementos indissociáveis do processo de crescimento e de	Influencia os distintos padrões de desenvolvimento

			mudança tecnológica	
--	--	--	------------------------	--

## **2.1. Instituições e desenvolvimento econômico na América Latina**

Como a pesquisa tem como objetivo analisar as instituições argentinas, é interessante abordar análises de instituições com maior foco na região em que o país se situa, nesse caso, a América Latina.

Fazendo uma análise histórica das instituições latino-americanas, Coatsworth (2008) parte da colonização ibérica para explicar o que ocorreu na região. O autor cita Engerman e Sokoloff (2002), os quais afirmam que as diferenças econômicas entre a América do Norte Britânica e a América Latina se deram pela dotação de fatores naturais distintas, mas discorda deles alegando que a distribuição de fatores naturais e riqueza variavam tanto dentro dessas regiões quanto entre elas. Além disso, Coatsworth (2008) defende que o crescimento econômico demandava instituições que tornassem possíveis para pessoas com maiores rendas investirem porque reduziriam os custos de transação e os riscos, o que difere da teoria abordada, a qual defendia que o crescimento econômico ocorreria se as instituições incentivassem todos, inclusive os pobres, a inventarem e investirem.

Outro ponto abordado pelo autor foi a redução dos custos de importação de bens manufaturados e os benefícios que as colônias ibéricas tiveram ao se especializar na exportação de recursos naturais, o que dificultou a importação da Revolução Industrial para as colônias. Na realidade, isso deu incentivos para abandonar a produção local de produtos manufaturados e focar em produtos naturais. (COATSWORTH, 2008)

Os governos espanhóis e portugueses acreditavam que se manteriam ao evitar conflitos com as elites e os rebeldes indígenas e escravos. Então, quando o entrave imperial em relação a rebeliões colapsou, as economias da América Latina herdaram as fraquezas do estado colonial. (COATSWORTH, 2008)

Com o abandono de sistemas coloniais, como a separação da Igreja e o Estado, o fim da escravidão e de alguns tipos de direitos de propriedade (mãos-mortas<sup>1</sup>), os governos passaram a depender de impostos de importação e exportação, e taxas de atividades como consumo urbano e mineração. Isso ocorreu concomitante com reformas nas constituições e códigos legais, seguidas de leis bancárias e reformas fiscais. Tendo isso em vista, o crescimento econômico foi possível, o que facilitou a capacidade estatal de investir em bens públicos. O ponto principal foi a velocidade em que esse processo de modernização ocorreu após a independência. Segundo o autor, isso ocorreu de forma mais rápida nas colônias com temperaturas temperadas, como Argentina, Chile e Uruguai, pois nesses locais os conflitos sobre distribuição de poder político envolveram as províncias e os governos centrais e foram resolvidos quando o governo central mobilizou recursos suficientes para impor o controle central – como no Chile – ou os federalistas se tornaram os beneficiários dos recursos aduaneiros do país – nesse caso, a Argentina e o Uruguai. Assim, o legado das instituições coloniais acabou logo após a independência sem provocar grandes conflitos. Entretanto, a modernização ocorreu de forma mais lenta no Brasil, pois não houve mudança política após a independência, e no Peru, na Bolívia e no México, locais em que as elites tiveram dificuldade em restaurar a estabilidade colonial. (COATSWORTH, 2008)

---

<sup>1</sup> Bens de igrejas que estavam sob a proteção especial do monarca.

Em outro trabalho, Coatsworth (2005) afirma que as instituições fracas e a renda concentrada na América Latina geraram crescimento econômico e melhorias de qualidade de vida durante o século XX, além de se provarem flexíveis o suficiente para incorporar o populismo. Porém, o sistema institucional sofreu com as políticas neoliberais impostas pelas condições externas e houve uma redução na capacidade governamental de sustentar os privilégios de certos grupos e setores.

Como já foram vistos argumentos históricos, serão apresentados trabalhos com uma abordagem mais recente sobre as instituições latino-americanas. Segundo Blanco (2013), há dois tipos de instituições importantes para o setor financeiro, as que afetam toda a economia e as que afetam este setor. O primeiro grupo está ligado à burocracia e ao controle da corrupção, já o segundo inclui instituições que afetam especificamente o setor, como o acesso à informação. Para o autor, a estabilidade de um país pode influenciar significativamente os mercados de capital e o seu grau afeta a percepção dos investidores e a sua vontade de investir no país. Logo, países instáveis politicamente oferecem pouca proteção aos investidores.

Almeida, Esperidião e Moura (2024) montam um modelo de vetores autorregressivos em painel (PVAR – sigla em inglês) com estimadores do método dos momentos generalizados (GMM – sigla em inglês) para mostrar o impacto das instituições no crescimento econômico da América Latina e Caribe entre os anos 1970 e 2019. Eles comparam vinte e um países de economias avançadas e vinte e um países da região utilizando a taxa de crescimento do PIB real per capita como medida de crescimento econômico, o índice do *Freedom House* como proxy para instituições políticas, o índice do *Fraser Institute* para instituições econômicas, a formação de capital bruta como proporção do PIB como proxy de investimento e comércio de mercadorias como proporção do PIB como proxy para abertura comercial.

Os autores encontram uma maior volatilidade no ambiente institucional da região do que nas economias avançadas, dado os regimes ditatoriais no período estudado, além de observar uma taxa média de crescimento maior para as economias avançadas. Ao analisar o impulso-resposta, eles concluem que há diferenças em magnitude e persistência entre as instituições, implicando diferentes recomendações para promoção do crescimento econômico. No caso das instituições políticas, é interessante observar a transparência do processo eleitoral e a garantia da liberdade de expressão e o *rule of law*. Em relação às econômicas, é necessário reforçar os direitos de propriedade e garantir liberdade para o comércio internacional. (DE ALMEIDA; ESPERIDIÃO; DE MOURA, 2024)

Ao analisar as economias avançadas, os dados mostram que o impacto das instituições é inicialmente positivo, mas não persistem por muitos anos, ou seja, essas economias se adaptam mais rápido. Nas economias latino-americanas e do Caribe, a resposta do crescimento econômico aos choques exógenos nas instituições políticas é maior do que nas economias avançadas e a convergência é alcançada após quatro anos, o que gera um impacto de 0,61%, já o efeito das instituições econômicas tem um impacto acumulado de 1%. (DE ALMEIDA; ESPERIDIÃO; DE MOURA, 2024)

Os autores encontram que uma mudança positiva no crescimento econômico reduz a qualidade das instituições políticas, o que pode significar que os países da América Latina e Caribe estão em um ciclo vicioso institucional, no qual os regimes políticos são corruptos e moldam instituições para protegerem os interesses de elites privilegiadas que extraem a renda gerada na economia, aumentando a desigualdade. (DE ALMEIDA; ESPERIDIÃO; DE MOURA, 2024)

São encontradas outras características para os países da região: choques nas instituições políticas afetam significativamente a taxa de crescimento, tornando

necessário fortes fundações democráticas. De forma similar, um choque nas instituições econômicas tem um efeito positivo e significativo na taxa de crescimento do PIB real per capita, ou seja, é importante reforçar os pilares da liberdade econômica. Além disso, esses choques produzem um efeito permanente no nível do PIB real per capita no longo prazo. (DE ALMEIDA; ESPERIDIÃO; DE MOURA, 2024)

Chong e Zanforlin (2004) em *Inward-looking policies, institutions, autocrats, and economic growth in Latin America: An empirical exploration* ressaltam o papel das autocracias militares na América Latina na histórica econômica da região. Para analisar as instituições e a economia, os autores utilizam dados do guia de risco país internacional e do risco do ambiente de negócios, além do *contract intensive money*<sup>2</sup> (CIM). Eles estimam dados em painel pelo MQO com as proxies para qualidade institucional, o PIB, o consumo do governo, escolaridade e abertura comercial. Em todos os casos, a variável institucional é positiva e significativa, o que sugere que, na região, quanto melhor forem as instituições, maiores as taxas de crescimento.

Ao incluir os anos de duração dos governos autocratas na regressão, os autores não encontram evidências de que esses regimes estão associados com melhorias de bens públicos em forma de boa governança e boas políticas, o que difere dos pensamentos de Olson (2002) apud Chong e Zanforlin (2004). Portanto, os autores concluem que os autocratas valorizam não só o que podem obter de renda com essas medidas, mas também o próprio poder. (CHONG; ZANFORLIN, 2004))

Com base no que foi visto no capítulo, pode-se concluir que as instituições têm um papel chave na performance econômica de um país, podendo ser utilizados dados no intuito de mostrar essa influência. Por isso, nesse trabalho, será analisado o federalismo,

---

<sup>2</sup> Taxa de dinheiro “não monetário” em razão da oferta total de moeda.

uma instituição política e, especialmente o federalismo fiscal, com o intuito de mostrar seu impacto na economia a Argentina e em sua democracia.

### 3. Federalismo e economia

Segundo a enciclopédia Britannica (2025a), federalismo é uma forma de organização política que une entes separados com um sistema político abrangente de forma a manter a integridade própria de cada ente. Como este trabalho analisará essa forma de organização como uma instituição que afeta a economia e a democracia da Argentina, serão citados alguns artigos acerca da relação entre federalismo e economia.

Segundo Feld, Zimmermann e Döring (2004), o federalismo pode influenciar os processos regionais por meio da combinação entre regulações, processos administrativos e impostos para bens públicos. A combinação é determinada pelo nível de autonomia do governo, especialmente da autonomia fiscal<sup>3</sup>. Ademais, o federalismo, pela provisão descentralizada, favorece as inovações e promove a atividade econômica, porém, para isso ocorrer, o governo deve gastar com infraestrutura especializada e investimentos em capital humano.

Já Voigt e Blume (2012) destrincham o federalismo para descobrir quais aspectos dessa instituição impactam a economia. Para eles, os aspectos com maior efeito nas variáveis econômicas são: a eleição local dos governos municipais, a possibilidade de as unidades federativas vetarem legislações no nível federal e o fracionamento do parlamento devido às heterogeneidades dos interesses representados. Essas características estão ligadas a maiores déficits orçamentários, maiores gastos com políticas de bem-estar social, menores níveis de eficiência do governo e maiores níveis de corrupção.

Uma parte do federalismo é o federalismo fiscal, que é a relação financeira entre os entes subnacionais e o governo federal. Essa relação também influencia a economia de

---

<sup>3</sup> Autonomia fiscal significa o ente subnacional ter autoridade para organizar e fiscalizar seu sistema tributário.

um país. Para Feld e Schnellenbach (2011), a autonomia fiscal subnacional em países produz resultados dependendo das instituições - democráticas ou cleptocracias<sup>4</sup> autocráticas. Para os autores, a descentralização fiscal pode ter um efeito positivo na performance econômica, mas não é significativa para as taxas de crescimento. Eles concluem ponderando que não existe um trade-off entre descentralização fiscal e performance econômica, a não ser para países cujo ambiente institucional é ineficiente.

Em países federais, a política fiscal se torna uma responsabilidade compartilhada por todos os níveis de governo e o governo federal utiliza transferências fiscais para induzir uma coordenação dessa política. Para Shah (2005), em federações maduras, a coordenação da política fiscal é exercida pelo federalismo no Executivo e no Legislativo, assim como as regras fiscais formais e informais. Essas regras podem ser o controle do equilíbrio orçamentário, restrições de dívida, impostos ou controles de gastos, além da restrição sobre *bailouts* para entes subnacionais. Para o autor, as regras fiscais legislativas não possuem um efeito significativo para o sucesso de ajustes fiscais, mas ajudam na formação de compromisso para alcance de metas fiscais, especialmente em países com instituições políticas divididas e regimes de coalizão.

Ao realizar análises econométricas, Shah (2005) conclui que a descentralização fiscal tem um impacto positivo na qualidade da administração fiscal, leva ao uso diligente de recursos públicos e contribui para a transparência e responsabilização da administração pública. Porém, para assegurar a disciplina fiscal, os governos de todos os níveis devem sofrer as consequências financeiras de suas decisões. Além disso, as transferências intergovernamentais em países em desenvolvimento prejudicam a disciplina fiscal e a responsabilização ao mesmo tempo que aumentam a dependência fiscal dos entes

---

<sup>4</sup> Cleptocracia é uma forma de governo na qual os líderes buscam ganhos pessoais às custas da população. (BRITANNICA, 2025b)

subnacionais, o que pode reduzir o crescimento econômico de regiões em desvantagem fiscal.

Abordando também a questão da dependência fiscal, para Rodden (2002), se há grandes desequilíbrios fiscais verticais, os governos centrais tentam restringir empréstimos para entes subnacionais. Para entes com limitações formais para tomar empréstimos ou relativamente independentes do ponto de vista fiscal, o nível de déficit é pequeno, enquanto os maiores déficits são encontrados em entes com uma forte dependência fiscal e livres para tomar empréstimos. Ademais, a indisciplina fiscal subnacional afeta o poder público como um todo, pois a liberdade dos entes subnacionais dependentes das transferências fiscais para tomar empréstimos está associado a grandes déficits para todo o setor. Portanto, a crescente dependência de transferências está associada a crescente déficits totais.

Baseando nos textos acima, veremos nas próximas seções como o federalismo argentino induz a dependência fiscal das províncias e leva a grandes déficits fiscais dos entes subnacionais.

### **3.1. Panorama do federalismo argentino atual**

Primeiro, será explicado o funcionamento do federalismo argentino e as particularidades do seu federalismo fiscal.

A Argentina é dividida em 23 províncias e a cidade de Buenos Aires<sup>5</sup> (CABA – *Ciudad Autónoma de Buenos Aires* em espanhol), sendo elas autônomas e possuindo sua

---

<sup>5</sup> Em relação à CABA, ela possui um regime de governo autônomo com jurisdição e legislação próprios. (ARGENTINA, 1994)

própria Constituição, a qual deve estar de acordo com os princípios da Constituição Nacional. (ARGENTINA, 1994)

Em relação ao Poder Executivo Federal, o presidente e o vice são eleitos diretamente pela população, e possuem mandato de 4 anos, podendo ser reeleitos ou sucederem reciprocamente somente uma vez. Os governadores das províncias – ou chefe de governo, no caso da CABA - também são eleitos diretamente com o mandato de 4 anos, mas, devido ao seu grau de autonomia, o número de reeleições permitido é distinto. A maior parte só permite uma reeleição, mas há províncias que não definiram um limite<sup>6</sup>. (TARRICONE, 2023)

As províncias possuem autoridade em matérias que não foram delegadas ao governo federal pela Constituição e em temas expressamente tratados em pactos especiais. Ademais, elas possuem o domínio das receitas originárias dos recursos naturais que estão em seus territórios. (ARGENTINA, 1994)

As províncias e CABA elegem deputados nacionais e senadores. A Câmara dos Deputados é composta de deputados eleitos diretamente pelas populações das províncias e da cidade de Buenos Aires, de forma semelhante ao Brasil. O número de deputados é um representante a cada 161.000 habitantes ou uma fração que não seja menor que 80.500 habitantes, a esse número adicionam-se 3 deputados, não sendo possível a nenhuma província ter menos que 5 deputados (ARGENTINA, 1983). O mandato de cada deputado é de 4 anos, sendo possível uma reeleição; porém, metade dos cargos são renovados a cada 2 anos, por meio de eleições de meio de mandato. (ARGENTINA, 1994)

---

<sup>6</sup> Mandato único: Mendoza e Santa Fé

Até dois mandatos consecutivos: Buenos Aires, CABA, Chaco, Córdoba, Corrientes, Chubut, Entre Ríos, Jujuy, La Rioja, La Pampa, Misiones, Neuquén, Salta, San Luis, Santiago del Estero, Río Negro, Tierra del Fuego e Tucumán

Até três mandatos consecutivos: San Juan

Reeleição indefinida: Catamarca, Formosa e Santa Cruz

O Senado, similarmente ao Brasil, representa os interesses das províncias. São eleitos, diretamente, três senadores para cada província e para CABA, dois cargos são para o partido político mais votado e o terceiro, para o segundo partido mais votado. O mandato é de 6 anos e eles podem ser reeleitos indefinidamente, porém um terço dos representantes será renovado a cada 2 anos. Além disso, o vice-presidente do país será o presidente do Senado e seu voto só contará em caso de empate. (ARGENTINA, 1994)

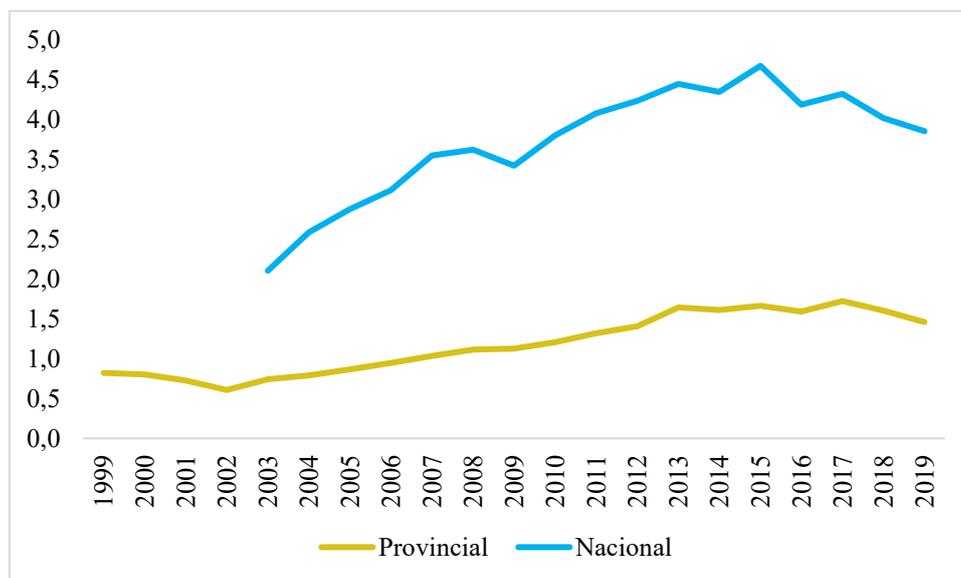
Começando a discussão sobre o federalismo fiscal, conforme já destacado, na Argentina, as províncias conseguem seus recursos por meio de impostos provinciais e das transferências federais. Em 2019, os principais impostos federais repassados para as províncias foram: imposto do valor agregado (IVA), imposto sobre os créditos e débitos em conta corrente bancária, imposto sobre combustíveis, imposto sobre bens pessoais, o regime simplificado para os pequenos contribuintes<sup>7</sup> e o principal para a análise do federalismo, o Fundo de Coparticipação Federal dos Impostos. Já os principais impostos provinciais foram: sobre ingressos brutos, imóveis, automóveis e selos<sup>8</sup>. Mesmo com os impostos próprios, as províncias recebem mais recursos repassados pelo governo federal do que arrecadam – vide gráfico 1.

---

<sup>7</sup> Segundo a lei nº 24.977 (ARGENTINA, 1998), pequenos contribuintes são: pessoas que vendem coisas móveis, aluguel, prestações de serviços e/ou execução de obras, incluindo atividades primárias; integrantes de cooperativas de trabalho e heranças de pessoas falecidas que aderiram ao Sistema Simplificado para pequenos contribuidores até o final do mês em que a declaração de herdeiros é emitida, a validade do testamento é declarada ou um ano após a morte do beneficiado, o que ocorrer primeiro.

<sup>8</sup> O imposto de selo é “cobrado sobre a execução formal de instrumentos públicos e privados, incluindo contratos, atos notariais e notas promissórias” (SANTANDER, 2024).

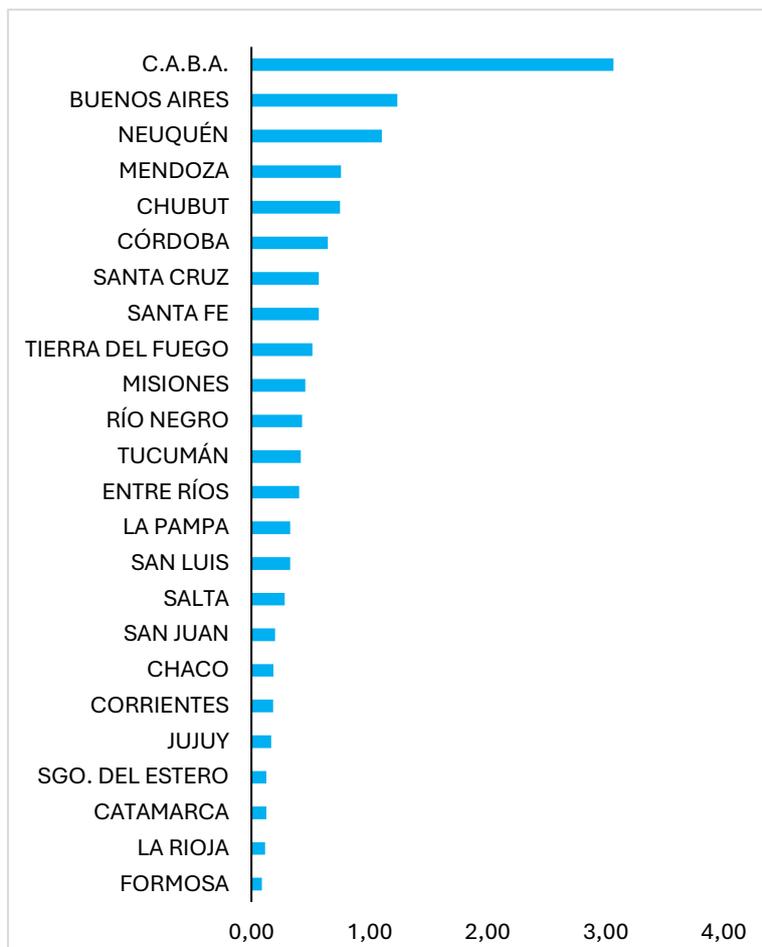
Gráfico 1 – Total de recursos por origem (em trilhões de pesos argentinos)



Fonte: Dirección Nacional de Asuntos Provinciales (DNAP, 2024)

Para ilustrar uma parte do desequilíbrio fiscal vertical no país, foi elaborado o gráfico 2, o qual mostra a proporção entre a arrecadação provincial e a arrecadação nacional para cada província para o ano de 2019. Somente CABA, Neuquén e Buenos Aires conseguiram uma receita de impostos provinciais maior do que os repasses dos impostos federais. As províncias com a menor proporção foram: Formosa, em que a arrecadação provincial equivale a 9% do valor do recebido pela arrecadação nacional – mas, deve ser pontuado que essa província também possui rendas de recursos naturais -, La Rioja (12%) e Catamarca (13%).

Gráfico 2 – Desequilíbrio fiscal vertical em 2019 (arrecadação provincial/arrecadação nacional para cada província)



Fonte: Dirección Nacional de Asuntos Provinciales (DNAP, 2024)

Alguns dos recursos repassados pelo governo federal são vinculados, ou seja, a província é obrigada a utilizá-lo de forma específica. Por exemplo, o imposto sobre combustíveis líquidos deve ser utilizado da seguinte forma: 60% para os organismos responsáveis pela manutenção das rodovias das províncias, 30% para obras de infraestrutura de energia elétrica e/ou obras públicas e 10% é destinado para o Fundo Especial de Desenvolvimento Elétrico do Interior (FEDEI – sigla em espanhol). (ARGENTINA, 1991)

Entretanto, há recursos discricionários, sendo o maior deles o Fundo de Coparticipação Federal de Impostos. O sistema de coparticipações foi estabelecido em 1935. Antes, as receitas das províncias vinham do comércio exterior e as receitas nacionais, dos impostos internos. (MELO, 2005; GORDIN, 2020) Contudo, o fundo atual

foi implementado em 1988 pela lei nº 23.548 com o intuito de ser um regime transitório de distribuição de recursos fiscais entre o governo federal e as províncias, mas segue em exercício atualmente. O montante arrecadado pelo fundo é distribuído da seguinte forma: 42,34% de forma automática para a Nação, 54,66% de forma automática para as províncias, 2% de forma automática para a recuperação do nível relativo das províncias de Buenos Aires, Chubut, Neuquén e Santa Cruz, e 1% para o Fundo de Aportes do Tesouro Nacional nas províncias. Esse último é destinado a emergências e desequilíbrios financeiros dos governos provinciais. As unidades subnacionais que aderiram à Coparticipação têm, definido em lei, uma porcentagem de distribuição da Coparticipação – como está na Tabela 2. (ARGENTINA, 1988)

Tabela 2 – Distribuição da Coparticipação Federal de Impostos

Província	Distribuição da Coparticipação Federal de Impostos
Buenos Aires	19,93%
Catamarca	2,86%
Córdoba	9,22%
Corrientes	3,86%
Chaco	5,18%
Chubut	1,38%
Entre Ríos	5,07%
Formosa	3,78%
Jujuy	2,95%
La Pampa	1,95%
La Rioja	2,15%
Mendoza	4,33%
Misiones	3,43%
Neuquén	1,54%
Río Negro	2,62%
Salta	3,98%
San Juan	3,51%
San Luis	2,37%
Santa Cruz	1,38%

Santa Fe	9,28%
Santiago del Estero	4,29%
Tucumán	4,94%

---

Fonte: ARGENTINA, 1988

Como a distribuição da coparticipação não tem relação com a arrecadação das províncias, Gervasoni (2010) acredita que, nas províncias onde os recursos fiscais garantidos são maiores do que os recursos de seus impostos, o setor público concentra grande parte da mão de obra e PIB, e, portanto, a oportunidade de avanço econômico.

### **3.2. Como o federalismo influencia a economia argentina**

Começando com um resumo da situação argentina, o país é um exemplo de inaptidão do federalismo fiscal, já que as províncias apostam com os *bailouts* federais, ficam insolventes, o governo central realiza uma intervenção federal<sup>9</sup> e, após um período, retomam o comportamento perdulário. (GREEVE, 2012)

No decorrer da história do país, as províncias menores e mais pobres usaram a sua sobrerrepresentação nas instituições políticas, como na Câmara dos Deputados e no Senado, para reduzir a hegemonia da província de Buenos Aires. Do mesmo modo, o redirecionamento dos recursos econômicos, pelas transferências federais, para essas províncias é uma aliança histórica entre as elites das províncias e o governo central autônomo para prevenir a dominância de Buenos Aires<sup>10</sup>. (GORDIN, 2007; GORDIN, 2020)

Sobre o aspecto político do federalismo argentino, os líderes dos partidos nas províncias são responsáveis por fazer as listas dos partidos e as campanhas para o

---

<sup>9</sup> Um exemplo é a intervenção que o presidente Menem fez em Tucumán em 1991. (CSIPKA, 2024)

<sup>10</sup> Para ter uma noção da importância da província de Buenos Aires, ela possui, aproximadamente, 40% da população argentina (INDEC, 2024).

Congresso, os governos provinciais e cargos municipais. Como eles são responsáveis pelas carreiras da maioria dos políticos, os legisladores nacionais tendem a escolher pautas baseadas na vontade desses líderes. Para proteger seu poder, os últimos rotacionam os políticos por diferentes cargos públicos, dessa forma, os governadores das províncias sobrerrepresentadas possuem uma maior facilidade em influenciar os senadores do que de áreas sub representadas. (BENTON, 2008; GORDIN, 2007; GORDIN, 2020)

Os governos provinciais possuem um alto grau de autonomia, podendo escolher as regras das eleições provinciais. Eles são responsáveis por fiscalizar as eleições para os cargos nacionais, controlar a composição e ordem das listas partidárias para eleição dos deputados nacionais. Além disso, são autorizados a marcar as datas das eleições provinciais, podendo escolher se isolar das eleições nacionais. Logo, os partidos nacionais não podem forçar as províncias a marcarem as eleições provinciais em uma data próxima às campanhas nacionais nem as impedirem de se beneficiar das externalidades dessas campanhas. Essa autonomia leva os líderes nacionais a negociarem com os governadores. (ARDANAZ, LEIRAS, TOMMASI; 2014; BENTON, 2008)

Segundo Ardanaz, Leiras e Tommasi (2014), “a maioria dos governos provinciais são unidades políticas famintas por recursos que estão ansiosas para extrair favores fiscais do governo nacional”. Por precisar de votos no Congresso para implementar políticas econômicas nacionais e da adesão das províncias, ocorre uma troca de favores entre os entes subnacionais e o governo central.

Segundo Melo (2005), a instabilidade é uma característica crônica da economia argentina desde o pós-guerra. Essa instabilidade afetou o federalismo fiscal, causando uma oscilação nos arranjos de coparticipação. Durante os regimes militares, os recursos foram concentrados no governo federal em detrimento das províncias, já nos regimes democráticos, ocorreu o oposto. Por exemplo, após 1983, observou-se o problema de

*common pool resource*<sup>11</sup>, porque se tornou favorável para as províncias não arrecadarem impostos, reduzindo a carga tributária total.

Considerando a dinâmica do federalismo fiscal, Benton (2008) observou que se presidentes são incapazes de providenciar benefícios fiscais para políticos provinciais, as instituições federais enfraquecem a capacidade presidencial de exercer mudança política; nesse caso, os governadores e suas delegações no Congresso preferem proteger suas posições. Para ilustrar isso: em bons momentos econômicos, com grandes arrecadações e aumento de transferências federais para os líderes das províncias, há uma cooperação entre os entes subnacionais e o presidente, utilizando as mesmas instituições federais. Porém, em tempos de pouca arrecadação e transferências federais, as relações entre governadores e presidentes são mais antagônicas.

Diversas críticas são feitas ao modelo de federalismo fiscal argentino. A falta de correspondência fiscal é uma delas e se dá pelo grande desequilíbrio fiscal vertical e pelos serviços prestados pelos governos subnacionais, gerando o problema de *common pool* nas províncias. Logo, elas são induzidas a se comportarem como se não houvesse restrição orçamentária, aumentando seus gastos e reduzindo os impostos locais. O país também possui um problema histórico com *bailouts* – é um padrão de comportamento desde 1890 – e influencia as províncias a não restringirem seus gastos. Como os recursos arrecadados pelas províncias possuem um padrão procíclico (STURZENEGGER, WERNECK; 2008), há um comportamento fiscal intertemporal perverso. (SAEIGH, TOMMASI; 1999; BESFAMILLE, SANGUINETTI; 2003; MELO; 2005)

---

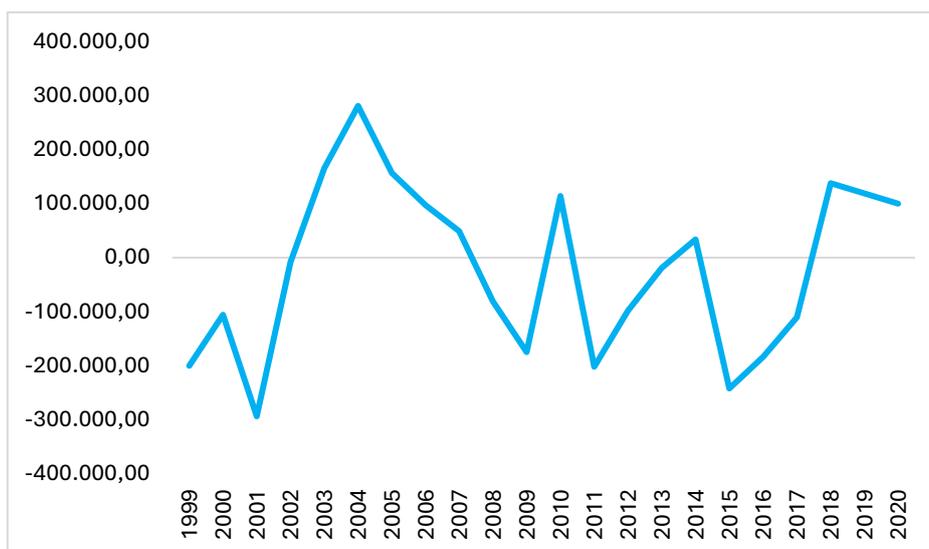
<sup>11</sup> O problema do *common pool resource* se dá pelo comportamento as províncias de não recolher seus próprios impostos pois sabem que o governo central, com os recursos arrecadados de toda a população, irá transferir uma parte para eles.

A falta de redistribuição genuína dos impostos compartilhados para as regiões mais pobres favorece atores políticos fortes. Além disso, a provisão de bens públicos é irregular, pois flutua junto com os impostos e não segue a sua demanda. Há também impostos distorcivos, como o imposto o selo, que afetam negativamente a competitividade. Na Argentina, há um alto grau de evasão fiscal, o que pode estar relacionado ao problema de *common pool*, pois a província não tem incentivo para cobrar impostos se o seu governo não precisa dele. (SAEIGH, TOMMASI; 1999)

A falta de informação também é um problema do sistema tributário argentino, porque, se as províncias são austeras hoje, seu fundo é reduzido, e os incentivos para o governo provincial gastar tempo e recursos para providenciar uma melhor informação que satisfará as diferentes necessidades da província são baixos. A alocação ineficiente de tempo e esforço se dá pelo *lobby* que governadores e chefes de governo fazem para serem favorecidos na redistribuição dos recursos arrecadados, passando mais tempo em Buenos Aires do que em suas províncias implementando as políticas. O sistema argentino também é complexo devido à rede de interdependência dos diferentes impostos. (SAEIGH, TOMMASI; 1999) Outro fator importante é a falta de disciplina dos mercados financeiros com as províncias deficitárias, pois acreditam que o governo federal irá ajudá-las e continuam a emprestar dinheiro. (BESFAMILLE; SANGUINETTI, 2003)

Os problemas do sistema argentino têm como consequências os altos e crescentes déficits – gráfico 3 -, a crescente dívida provincial, a necessidade de *bailout* pelo governo federal e a baixa arrecadação de algumas províncias. (BESFAMILLE; SANGUINETTI, 2003)

Gráfico 3 – Resultado primário das províncias (em milhões de pesos)



Fonte: DNAP (2025)

Como o sistema tributário é problemático, houve tentativas de sua alteração, principalmente do sistema de coparticipação. Durante o governo Menem, os Pactos Fiscais foram negociados bilateralmente com os governadores para reduzir a porcentagem de receitas provinciais e transferir a responsabilidade dos gastos principais – educação, saúde e moradia. Em suma, Menem queria substituir o modelo de Coparticipação. O Pacto de 1992 incluía o redirecionamento de 15% das receitas transferidas para as províncias para o sistema social nacional. Em troca disso, haveria um valor mínimo para as transferências recebidas por elas. O segundo Pacto Fiscal, de 1993, era voltado para a desregulação e redução ou eliminação dos impostos provinciais que afetavam as empresas. Com isso, a autonomia dos governadores seria limitada e haveria um incentivo para as províncias terem sua própria base tributária, além de ajustar os sistemas de impostos provinciais à reforma neoliberal que Menem havia implementado no âmbito nacional. Porém, com o efeito tequila<sup>12</sup>, o cumprimento das obrigações tributárias das

<sup>12</sup> Efeito tequila foi o nome dado para a repercussão, principalmente nas economias latino-americanas, da grave crise econômica no México em 1994.

províncias foi suspenso e, assim, o Pacto foi sendo adiado sucessivamente (GORDIN, 2020; REZZOAGLI, BAZZA; 2012).

Após os pactos, houve o Compromisso Federal, em 1999, em que foi ratificada a necessidade do cumprimento das questões pendentes do segundo pacto e foi acordada a sanção de uma nova lei de coparticipação em 2000, além da implementação de uma harmonização tributária entre os diferentes níveis de governo. Em 2000, foi feito o Compromisso Federal para o Crescimento e Disciplina Fiscal, no qual o segundo pacto fiscal foi prorrogado por cinco anos e foi acordado, mais uma vez, que seria feito um pacto para harmonização tributária entre o governo federal e os entes subnacionais. O Acordo Nação-Províncias sobre a relação financeira e base de um regime de coparticipação federal de impostos foi feito em 2002 e, em 2017, ocorreu o Consenso Fiscal, que se propunha a concluir os litígios relativos ao sistema de coparticipação federal dos pactos. Em 2018, foi feito outro Consenso Fiscal com o objetivo de acelerar a consolidação fiscal (OPC, 2020) e, no ano seguinte, houve outro Consenso. Mesmo com esses diversos pactos e consensos, não ocorreram grandes mudanças no sistema tributário argentino – um exemplo é a manutenção do Fundo de Coparticipação Federal de Impostos.

Além dos pactos, para evitar o endividamento excessivo das províncias, elas possuem algumas restrições para tomar empréstimos: os limites das constituições provinciais e leis de responsabilidade fiscal. Para o primeiro, a maioria das províncias deve obter autorização do Legislativo provincial, os fundos não podem ser usados para cobrir gastos correntes ou déficits e há limites específicos para os juros dessas dívidas. O segundo depende se cada província possui uma lei de responsabilidade fiscal. Entretanto, várias províncias violam as restrições de suas próprias constituições. (BESFAMILLE; SANGUINETTI, 2003)

Do exposto, pode-se concluir que o federalismo, por meio do federalismo fiscal, afeta a economia argentina e contribui para a atual situação econômica do país. No próximo capítulo, será mostrado como essa instituição afeta também a democracia subnacional.

#### **4. Federalismo e democracia subnacional**

No capítulo anterior, foi mostrada a influência do federalismo na economia da Argentina. Agora, será visto como essa instituição, com base na teoria de rentismo, afeta outro aspecto do país, a sua democracia.

##### **4.1. Teoria de rentismo, federalismo fiscal e suas relações com a democracia subnacional**

A expressão “Estado rentista” foi cunhada por Mahdavy (1970, apud ULFELDER, 2007) para analisar os benefícios que os recursos advindos do petróleo trouxeram para o governo do Xá do Irã. Atualmente, os “Estados rentistas” fazem referência aos Estados cuja maior parte da receita deriva de rendas externas. Há uma extensa bibliografia acerca da teoria de rentismo, em que é discutido o impacto das rendas originárias de recursos naturais para a política de um país.

A teoria citada afirma que, em países nos quais os recursos naturais são grande fonte de renda, há uma propensão menor de serem instaurados regimes democráticos. Porém, para Moore (2004), existe mais de um tipo de fonte de renda. Há rendas de recursos naturais, como o petróleo e minérios, e rendas estratégicas, que são os excedentes que podem ser acumulados pelos governos, ao exercerem jurisdição territorial efetiva, por serem vistos como uma autoridade legítima.

Alguns autores, como Ross (2001), Moore (2004) e Ulfelder (2007), analisaram as causas que ligam a exportação de petróleo e outros recursos naturais com o grau de democracia em um “Estado rentista”. Para o primeiro autor, existem três mecanismos causais: o efeito rentista, o efeito do gasto e o efeito do grupo de formação. O primeiro mecanismo é, na verdade, o conjunto de outros três efeitos: o efeito de taxaço sugere que

os governos rentistas terão impostos mais leves por causa da renda do petróleo e a população, em reação a isso, terá menos interesse em fiscalizar o governo.

O segundo efeito explora o pensamento de que a renda do petróleo leva ao aumento do gasto com clientelismo, o que também reduz a pressão populacional pela democracia. O último efeito tem duas versões, a primeira defende que o governo utilizará a renda do petróleo para prevenir a formação de grupos sociais independentes do Estado e que defendem a democracia. A segunda versão afirma que a formação de capital social – instituições cívicas que estão acima da família e abaixo do Estado – tendem a promover um governo mais democrático. De forma resumida, o efeito rentista diz que os governos que são dependentes de rendas de petróleo e possuem maiores orçamentos são, provavelmente, mais autoritários, enquanto Estados pequenos cujas receitas são originárias de impostos tendem a ser mais democráticos. (ROSS, 2001)

O segundo mecanismo de Ross (2001) é o efeito repressão. Nele, os cidadãos de Estados rentistas podem desejar a democracia, mas a renda do petróleo permite que o governo separe mais recursos para segurança interna, bloqueando as aspirações democráticas da população. O terceiro mecanismo explicado pelo autor é o efeito da modernização, que defende que a democracia é causada por mudanças sociais e culturais, as quais são motivadas pelo desenvolvimento econômico. Detalhando, Inglehart (1997 apud ROSS, 2001) argumenta que o aumento no nível educacional e na especialização profissional tem um impacto direto na probabilidade de um Estado ser democrático. Logo, se o desenvolvimento econômico não produz mudanças culturais e sociais, dificilmente ocorrerá a democratização.

Moore (2004) aborda as “patologias políticas” que a dependência de um Estado em relação à renda de recursos naturais gera. Além dos pontos defendidos por Ross (2001), Moore expõe a autonomia em relação aos cidadãos, a intervenção externa, a

vulnerabilidade em relação à subversão, a falta de transparência no gasto público e a burocracia pública ineficaz.

A autonomia em relação aos cidadãos ocorre porque as autoridades têm uma fonte de renda garantida que os tornam independentes da sua população. A intervenção externa decorre do aumento da autonomia do Estado com os cidadãos devido ao interesse de outros países em seus recursos naturais, principalmente petróleo, pois recebe apoio militar e político dos países dependentes do seu recurso. A vulnerabilidade vem da necessidade desses Estados de manter as rendas altas, pois, se houver queda de receita, os Estados fracos se tornam vulneráveis em relação a grupos mais organizados e que desejam o poder. (MOORE, 2004)

A falta de transparência sobre o gasto público é relativa à capacidade limitada da legislatura de fiscalizar o Estado por causa de seu conhecimento incompleto acerca da forma em que os recursos são gastos, ou seja, o orçamento pode ser somente uma “sombra” da verdadeira situação fiscal. Por último, como a arrecadação de receitas advindas dos recursos naturais precisa de poucos especialistas - os quais podem ser importados -, não é preciso estabelecer uma burocracia pública eficiente e meritocrática para gerenciar um complexo sistema tributário ou para estabelecer mecanismos de controle para abusos na arrecadação dos impostos. (MOORE, 2004)

Sucintamente, os Estados dependentes de renda de recursos naturais tendem a não ser democráticos, têm um *rule of law* fraco e exibem níveis maiores de má-nutrição, mortalidade e analfabetismo do que o esperado. (MOORE, 2004)

Ulfelder (2007) explica de forma distinta a ligação entre rendas de petróleo e democracia. Para ele, as causas ou “patologias” defendidas pelos autores citados é dividido entre lado da oferta e lado da demanda. A explicação do lado da oferta vai ao

encontro do efeito repressão e do efeito do gasto de Ross (2001), pois afirma que a renda dos recursos naturais permite a resistência dos autocratas aos pedidos de democratização. Essa resistência é possível pois a maior renda permite a compra de aparatos de segurança interna mais efetivos e o financiamento de melhores redes de clientelismo, os quais dificultam a mudança política.

O lado da demanda inclui o efeito da taxaço de Ross (2001) e a “patologia” de Moore (2004) sobre a intervenço externa, ou seja, é defendido que a dependência do Estado pela renda de recursos naturais reduz a pressão popular por *accountability* do governo por causa da tributação. Esse tipo de renda reduz ou elimina a necessidade do governo de taxar a população para aumentar sua receita e, por isso, a população não tem interesse na transparência do governo. Além disso, outros países dependentes de minérios e de petróleo podem interferir para a manutenção do poder autoritário. (ULFELDER, 2007).

Como defendido por Moore (2004), há outra forma de se tornar um “Estado rentista”, além de ter recursos naturais. Para unidades subnacionais é possível obter rendas por meio do federalismo fiscal. Para Gervasoni (2009), uma “renda fiscal” é a receita que um Estado obtém de uma fonte externa sem ou com baixos custos de produção e em que é preciso a cooperação de uma minoria da população. O federalismo fiscal cria renda quando as unidades subnacionais recebem transferências do governo central com valores maiores do que elas conseguem através de seus impostos. Existem dois fatores dos esquemas de distribuição de renda intergovernamentais que resultam no rentismo subnacional: grande desequilíbrio fiscal vertical – relaciona transferências nacionais com as receitas subnacionais totais - e redistribuição de renda para unidades menores.

Há casos em que as unidades subnacionais não dependem da taxaço de sua população pois suas receitas são mantidas pelas transferências e os recursos recebidos

podem ser utilizados discricionariamente. Se isso ocorre, elas podem utilizar a receita para pagar salários altos para os empregados públicos, para financiar de forma extensiva o clientelismo e dominar a mídia, ou seja, elas podem reduzir o incentivo dos agentes a se oporem ao governo. (GERVASONI, 2009)

Para as rendas do federalismo fiscal afetarem a democracia, é necessário que as autoridades das unidades subnacionais tenham uma grande margem de despesa, porque um governador que usa subsídios federais para financiar uma burocracia politizada concentrará mais poder do que um governador forçado a investir em infraestrutura de longo-prazo. Além disso, a relação entre as rendas do federalismo e os regimes subnacionais depende da ambição política do incumbente e de sua habilidade em usá-las de forma estratégica. (GERVASONI, 2009)

Dadas as características citadas, será analisado o federalismo fiscal na Argentina e o seu impacto na democracia de suas províncias. De forma similar ao feito em Gervasoni (2010), será elaborado um índice de democracia subnacional para mostrar a relação entre as transferências federais e a democracia entre os anos 1999 e 2020.

#### **4.2.Dados para a construção do Índice de Democracia Subnacional**

Para elaboração do Índice de Democracia Subnacional, é preciso escolher seus componentes. Gervasoni (2010) separa duas áreas que influenciam a democracia: a competição eleitoral e a concentração de poder do partido incumbente. Para Schmitter e Karl (1991), a democracia moderna “oferece uma variedade de processos competitivos e canais para a expressão dos interesses e valores”. Eles defendem que onde existem monopólios de representação, é provável que a separação das esferas pública e privada seja menos distinta. Já Diamond (1999) define democracia eleitoral como “sistema constitucional e civil, no qual os cargos de chefe do Legislativo e do Executivo são

preenchidos por eleições regulares, competitivas e pluripartidárias com sufrágio universal” (traduzido pela autora). Por último, Sartori (1987) afirma que a “democracia é o subproduto de um método competitivo de renovação de lideranças” e que eleições competitivas produzem a democracia.

Como as províncias argentinas podem sofrer intervenções federais e há uma facilidade para a saída da sua população para outras províncias, as formas fortemente opressivas do autoritarismo não são empregadas. Algumas províncias combinam instituições democráticas com práticas autoritárias, o que é chamado de regime híbrido. Esses regimes são caracterizados por ter aspectos democráticos e autoritários. No caso da Argentina, Gervasoni (2010) caracteriza algumas províncias como autoritaristas eleitorais, ou seja, fazem as eleições e toleram alguma forma de pluralismo e de competição entre os partidos, mas violam normas democráticas de forma sistemática (Schedler, 2002 apud MUFTI, 2018).

Para observar esse regime, Gervasoni (2010) escolhe dois indicadores para a área de competição eleitoral. A Competição no Executivo tem o valor de um menos a proporção de votos válidos do partido do governador (ou chefe de governo, para CABA) no primeiro turno das eleições. A Competição no Legislativo é similar à Competição no Executivo, seu valor é dado por um menos a proporção de votos válidos do partido incumbente para a Câmara Legislativa. Para a área de concentração de poder, o indicador Controle de Sucessão abarca as seguintes situações: se o Poder Executivo é capturado pela oposição (= 1 – controle baixo), se o governador é seguido por um candidato do seu partido, mas que não é seu parente nem um aliado político próximo (= 2 – controle médio) e se o governador é reeleito ou seguido por um parente ou aliado (= 3 – controle alto). O Controle do Legislativo é quantificado pela proporção o número de cadeiras que o partido do governador consegue na Câmara nas eleições. Por fim, o Limite para Reeleição é

divido em classes: 0 se a reeleição for proibida, 1 se for possível somente uma reeleição imediata, 2 se for permitido duas reeleições consecutivas e 3 se não houver limites.

Para delimitar o espaço de tempo, foi escolhido analisar essas variáveis entre os anos de 1999 e 2020, o que abarca seis eleições para governador - 1999, 2003, 2007, 2011, 2015 e 2019<sup>13</sup> – para a maioria das províncias, pois Corrientes e Santiago del Estero realizaram suas eleições em 2001, 2005, 2009, 2013 e 2017<sup>14</sup>. Os dados foram coletados do *Atlas Electoral* Andy Tow (2024), da *Dirección Nacional Electoral* (2024), do *Observatorio Político Electoral* (2024) e, para os limites provinciais para reeleição, de Manuel Tarriconie (2023).

Para converter as cinco variáveis em um índice, Gervasoni (2010) optou por realizar uma análise fatorial. Essa operação é utilizada para reduzir um conjunto de variáveis em um conjunto menor e, por possuir um método de interdependência, todas as variáveis são consideradas simultaneamente, além de manter a representatividade das variáveis originais (MATOS; RODRIGUES, 2019). Ao realizar a operação, os autovalores da matriz de correlação indicaram que só o primeiro fator é relevante, com valor de 2,22, e a proporção da variância explicada por ele é 0,52, enquanto o segundo fator é 0,21. Dessa forma, o Índice é formado pelo primeiro fator. As cargas fatoriais para Competição no Executivo, Competição no Legislativo, Controle da Sucessão, Controle do Legislativo e Limite para Reeleição são, respectivamente, 0,65, 0,97, -0,22, -0,79 e -0,42, como é possível ver na Tabela 3. Logo, o Índice de Democracia Subnacional é calculado pela soma das cinco variáveis ponderada por suas cargas fatoriais.

---

<sup>13</sup> Catamarca, por possuir um *outlier* para a variável Competição no Executivo na eleição de 2003, teve esse ano omitido da base de dados.

<sup>14</sup> Essas províncias possuem anos diferentes de eleição devido às intervenções federais realizadas na década de 1990 e 2000, respectivamente.

Calculada a média do Índice para as províncias, o menor valor encontrado foi para a Formosa (-4,20). Nessa província, nas eleições de 2011, o partido incumbente obteve 75% dos votos válidos para o cargo de governador, 80% dos votos para a Câmara e todas as cadeiras, além de não possuir limite para reeleição e ter o mesmo governador, Gildo Insfrán, desde 1995. Já a Tierra del Fuego possui o maior índice (3,41). Nas mesmas eleições, o partido da governadora eleita – Partido Social Patagônico - recebeu 32% dos votos válidos para o Executivo no primeiro turno, 7,7% para o Legislativo e nenhuma das cadeiras para a Câmara dos Deputados. Na tabela 4, é possível observar a média dos índices e das variáveis de cada província.

Tabela 3 – Resultado da Análise Fatorial

Cargas Fatoriais	
Competição no Executivo	0.6502
Competição no Legislativo	0.9732
Controle da Sucessão	-0.2179
Controle no Legislativo	-0.7943
Limite para Reeleição	-0.4167

Tabela 4 – Índice de Democracia Subnacional

Província	Índice de Democracia Subnacional		Competição no Executivo	Competição no Legislativo	Controle da Sucessão	Controle do Legislativo	Limite para Reeleição
	Média	Desvio padrão	Média	Média	Média	Média	Média
Formosa	-4,20	1,01	0,28	0,31	3,00	0,83	3,00
Santiago	-2,93	1,09	0,33	0,33	2,40	0,93	1,00

Santa Cruz	-2,87	1,59	0,43	0,40	3,00	0,83	3,00
San Luis	-2,45	2,23	0,36	0,42	3,00	0,83	1,67
Catamarca	-1,34	1,01	0,46	0,49	2,60	0,60	3,00
La Rioja	-1,23	1,66	0,44	0,43	3,00	0,61	1,67
San Juan	-1,16	1,68	0,46	0,47	2,33	0,78	1,50
Chaco	-0,54	0,98	0,48	0,46	2,33	0,67	1,00
Tucumán	-0,28	2,10	0,45	0,51	2,67	0,60	1,00
Salta	-0,27	0,84	0,49	0,53	2,67	0,54	2,00
Chubut	-0,23	1,32	0,56	0,48	2,50	0,72	1,00
Río Negro	0,07	1,74	0,54	0,57	2,50	0,61	2,00
La Pampa	0,10	0,27	0,49	0,49	2,83	0,50	1,00
Entre Ríos	0,26	0,83	0,51	0,52	2,67	0,54	1,00
Jujuy	0,27	1,27	0,50	0,51	2,67	0,50	1,00
Misiones	0,27	1,71	0,41	0,61	2,83	0,54	1,00
Corrientes	0,30	1,55	0,57	0,51	2,80	0,60	1,00
Buenos Aires	0,90	1,16	0,54	0,56	2,00	0,52	1,00
Mendoza	1,87	1,20	0,60	0,60	1,83	0,57	0,00
CABA	1,95	1,91	0,56	0,67	2,50	0,39	1,00
Neuquén	2,26	1,90	0,64	0,69	3,00	0,42	1,00
Santa Fe	2,29	1,50	0,54	0,66	2,33	0,40	0,00
Córdoba	2,89	0,92	0,60	0,75	2,67	0,31	1,00
Tierra del Fuego	3,41	1,40	0,62	0,78	1,33	0,33	1,00

---

Dados: *Atlas Electoral* Andy Tow (2024), da *Dirección Nacional Electoral* (2024), do *Observatorio Político Electoral* (2024) e Manuel Tarriconie (2023).

### 4.3.Dados para os modelos

Como o Índice já foi calculado, serão utilizados modelos econométricos para observar os efeitos do federalismo fiscal e da renda dos recursos naturais na democracia subnacional (GERVASONI, 2010).

Para realizar as estimações, as variáveis controladas escolhidas por Gervasoni (2010) foram: Transferências Federais, Renda de Recursos Naturais, Desenvolvimento, Cultura, Mesmo Partido do Presidente, Popularidade do Presidente e Líder Nacional. As Transferências Federais são a média dos quatro anos de mandato dos recursos distribuídos do Fundo de Coparticipação Federal dos Impostos – diferentemente de Gervasoni (2010), os *Aportes del Tesoro Nacional* não foram incluídos nem o FONAVI.<sup>15</sup> A Renda de Recursos Naturais é a média de cada mandato dos *royalties* – ou *regalías* - recebidos pelas províncias produtoras de petróleo, de gás natural e de gás liquefeito de petróleo (GLP).

A relação entre o desenvolvimento humano e a democracia é amplamente analisada (TSAI, 2006; GERRING; THACKER; ALFARO, 2012; GERRING et al., 2020). Dado isso, o Desenvolvimento é a análise dos componentes principais de três indicadores: taxa de analfabetismo, mortalidade infantil e população abaixo da linha de pobreza. Como não foi possível encontrar dados sobre analfabetismo por província, foram utilizados dados que indicam que o nível máximo de educação da população, com 14 anos ou mais, era sem instrução ou educação primária - disponível nos Censos de 1991, 2001 e 2010<sup>16</sup>. Para a população abaixo da linha de pobreza, foi necessário realizar uma

---

<sup>15</sup> Não foi possível encontrar os dados dos *Aportes del Tesoro Nacional* e, no caso do FONAVI, não foi considerado por não ser um imposto discricionário.

<sup>16</sup> No Censo de 1991, só havia disponível os dados para população com 15 anos ou mais que frequentou escola em algum momento da vida. Nos outros Censos, os dados são para a população com 14 anos ou mais que trabalham.

interpolação linear<sup>17</sup> para os anos de 1999 e 2015, já que não havia dados disponíveis para esses anos. Além disso, só foi possível encontrar esse dado para as regiões argentinas, então foram utilizados esses valores para as províncias que integram as regiões<sup>18</sup>, a não ser CABA, que foi incluída na Gran Buenos Aires.

A análise dos componentes principais, assim como a análise fatorial, reduz um conjunto de variáveis em um conjunto menor, só que se preocupa em determinar que componentes lineares existem nos dados e como uma variável específica contribui com o componente, seu objetivo não é identificar fatores subjacentes. De forma sucinta, é um resumo empírico do conjunto de dados (MATOS; RODRIGUES, 2019). A proporção da variância explicada pelo primeiro fator é 0,59, enquanto o segundo fator é 0,27. Como está na tabela 4, as cargas dos componentes principais é 0,77 para taxa de analfabetismo, 0,87 para a mortalidade infantil e 0,65 para a população abaixo da linha de pobreza. Para consistência, na formação do Índice, assim como Gervasoni (2010), os sinais foram trocados.

Tabela 5 – Resultado da Análise dos Componentes Principais

Cargas Fatoriais	
Taxa de analfabetismo	0.7713
Mortalidade infantil	0.8733
População abaixo da linha de pobreza	0.649

<sup>17</sup> A interpolação linear é um método utilizado para preencher lacunas em bases de dados. Para o cálculo do valor inexistente, é feita uma estimativa com base na construção de uma linha reta entre os valores anteriores e posteriores, por exemplo, se não possuo o dado para 2015, usarei os valores de 2014 e 2016.

<sup>18</sup> Existem cinco regiões na Argentina: Noroeste, Cuyo, Noreste, Pampas e Patagonia. No Noroeste, estão Jujuy, Salta, Santiago del Estero, La Rioja, Catamarca e Tucumán. Em Cuyo, San Juan, San Luis e Mendoza. No Noreste, Misiones, Chaco, Formosa e Corrientes. Nos Pampas, Buenos Aires, Entre Ríos, Santa Fe, Córdoba e La Pampa. Na Patagônia, Neuquén, Río Negro, Chubut, Santa Cruz e Tierra del Fuego.

A Cultura, assim como em Gervasoni (2010), é a porcentagem da população provincial nascida na Europa de acordo com o Censo de 1914, época do auge da imigração para a Argentina. Dada a dificuldade de se medir a cultura política, essa variável pode ajudar a controlar para um momento de separação do país entre as regiões com predominância da colonização espanhola tradicional e as regiões com maior imigração de outros países nos séculos XIX e XX. Essa medida condiz com a hipótese defendida por Maleki e Hendriks (2014), os quais concluem que as diferenças culturais impactam os modelos de democracia das nações.

Para analisar a influência do líder nacional nas províncias, principalmente nos aliados políticos, são medidas as seguintes variáveis. O Mesmo Partido do Presidente é uma *dummy* com valor 1 caso a administração provincial seja do mesmo partido que o presidente. A Popularidade do Presidente é a média por mandato de sua aprovação em pesquisas de opinião pública a partir de 2002<sup>19</sup>, pois nas pesquisas dos anos 2000 e 2001, não era perguntado diretamente a aprovação do presidente. A variável Líder Nacional também é uma *dummy* na qual o valor 1 é dado para as eleições em que o governador, atual ou antigo, que pertence ao partido incumbente da província concorre para a presidência ou é o presidente (GERVASONI, 2010).

As fontes nas quais foram extraídos os dados para as variáveis estão na tabela abaixo (Tabela 6).

Tabela 6 – Fontes dos dados para o modelo

Variável	Medida	Fonte
Transferências Federais	Média dos anos de mandato dos recursos do Fundo de Coparticipação	DNAP (2024)

<sup>19</sup> Como não havia dados disponíveis para os anos de 2000, 2001, 2012, 2014 e 2019, as médias para os mandatos foram feitas só com os dados existentes.

Rendas de Recursos Naturais	Média de cada mandato dos <i>royalties</i> recebidos pelas províncias produtoras de petróleo, de gás natural e de GLP	Secretaría de Energía (2024)
Taxa de analfabetismo	Nível máximo de educação da população, com 14 anos ou mais, sem instrução ou educação primária	INDEC (2004)
Mortalidade infantil	Taxa de mortalidade infantil por província	DEIS (2022)
População abaixo da linha de pobreza	Porcentagem da população abaixo da linha de pobreza por região argentina	INDEC (2004)
Cultura	Porcentagem da população provincial nascida na Europa (Censo 1914)	DEIE (2024)
Mesmo Partido do Presidente	<i>Dummy</i> com valor 1 caso administração provincial seja do mesmo partido que o presidente	Atlas Electoral Andy Tow (2024)
Popularidade do Presidente	Média por mandato da porcentagem de aprovação do presidente	LatinBarometer (2024)
Líder Nacional	<i>Dummy</i> de valor 1 para as eleições em que o governador pertencente ao partido incumbente da província concorre para a presidência ou é o presidente	Atlas Electoral Andy Tow (2024)

Com a explicação acerca das variáveis escolhidas, serão discutidos os modelos estimados.

#### 4.4. Estimação

Igual a Gervasoni (2010), os dados foram organizados como dados em painel, ou seja, o número de períodos temporais é relativamente pequeno – nesse caso, cinco ou seis anos – e há um número maior de unidades – vinte e quatro províncias (BECK, 2011). Comumente, esse tipo de dado é estimado por efeitos fixos ou aleatórios. Como na primeira forma de estimação as variáveis invariantes no tempo não podem ser incluídas devido a sua alta correlação com os efeitos fixos (WILSON; BUTLER, 2007), a estimação por efeitos aleatórios será utilizada. Por usar essa estimação, assumimos que os efeitos não observáveis não são correlacionados com a variável explicativa, sendo considerados uma perturbação aleatória (WOOLDRIDGE; 2013, HSIAO; 2014).

Para testar a hipótese que as rendas originadas das transferências federais e dos recursos naturais afetam negativamente a democracia subnacional, será estimado o modelo 1. Para isso, foram incluídas todas as variáveis citadas na seção 3.4. As Transferências Federais e o Líder Nacional são significantes, mas menos do que em Gervasoni (2010). Isso pode ter ocorrido devido ao valor da primeira variável, que incluía outros repasses além do Fundo de Coparticipação. No caso do Líder Nacional, pode ter ocorrido uma redução da influência da política nacional nas províncias devido ao menor valor dos repasses. Os resultados obtidos mostram que a cada mil pesos das transferências, o Índice de Democracia reduz em 0,022 unidades e, se o líder nacional for do mesmo partido do governador, o Índice reduz em 1,29 unidades.

Há algumas variáveis que se comportaram de forma diferente ao artigo citado. A Cultura é significativa, ou seja, quanto maior a porcentagem de estrangeiros na formação da província, maior é o seu índice de democracia. A variável Desenvolvimento também é significativa e possui sinal positivo, o que vai ao encontro das expectativas teóricas. Outra variável, Popularidade do presidente X Mesmo partido do presidente, por exemplo, não é significativa. As demais variáveis possuem o mesmo comportamento. Isso significa que

as rendas de recursos naturais, de forma contrária à literatura, não afetam a democracia subnacional. Gervasoni (2010) explica que isso se dá ou pela pequena incidência desses recursos para as províncias, que torna os efeitos muito pequenos para serem capturados estatisticamente, ou algo na natureza desses recursos os torna menos importantes para os regimes subnacionais.

Utilizando a mesma hipótese do modelo 1, mas corrigido pela multicolinearidade desse modelo - causada pela interação entre as variáveis Mesmo Partido do Presidente e Popularidade do Presidente -, foi mantida somente sua interação para o modelo 2. Com isso, houve um grande aumento de sua significância. Isso mostra que a aliança política do presidente com o governador e a sua popularidade têm um forte impacto na democracia subnacional.

Gervasoni (2010) realizou entrevistas para tentar capturar o efeito do gasto na democracia subnacional, que seria o uso de recursos públicos – na folha de pagamento - para financiar a patronagem e, assim, reduzir a democracia. De forma a mostrar estatisticamente esse efeito, ele monta o modelo 3, o qual adiciona a variável Empregados Públicos por mil habitantes e retira as Transferências Federais e Renda de Recursos Naturais. A nova variável é uma função positiva das transferências federais, já que a patronagem resulta do acesso dos partidos aos fundos públicos (CALVO; MURILLO, 2004). Para estimá-la, foi estimado um modelo de efeitos aleatórios com os determinantes do tamanho relativo da folha de pagamento provincial (Tabela 8) e, assim, inserida no modelo 3. Com isso, as Rendas dos Recursos Naturais e o Desenvolvimento não são significantes, que difere do resultado de Gervasoni (2010). Enquanto isso, as Transferências Federais são fortemente significantes e positivamente relacionadas com a folha de pagamento. As quatro variáveis explicam 53% da variação na folha de pagamento.

Para observar se a dependência econômica causada pelo efeito do gasto é um mecanismo mediador entre a renda do federalismo fiscal e as províncias, Gervasoni (2010) monta o modelo 3, confirmando a relação negativa entre Democracia Subnacional e o tamanho da burocracia provincial, porém, contrário ao modelo do autor, essa relação não é significativa. Não obstante, o modelo reafirma a significância do Líder Nacional.

Tabela 7 – Resultados dos Modelos

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
(Intercept)	1.0622 (1.2018)	0.6894 (0.8639)	0.7561 (1.2097)	-1.2416 (1.4614)
Transferências.Federais	-0.0217 * (0.0089)	-0.0191 * (0.0084)		
Rendas.de.Recursos.Naturais	-0.0000 (0.0000)			
Desenvolvimento	1.8560 (0.8867)		1.4135 * (0.6910)	1.1007 (0.6890)
Cultura	3.6936 * (1.7529)	2.9419 * (1.4100)	2.7947 * (1.4008)	0.3265 (1.6620)
Mesmo.partido.do.presidente	0.1093 (0.9644)		0.0949 (0.9670)	0.1943 (0.8560)
Popularidade.do.presidente	1.1329 (2.4377)		1.0552 (2.0820)	2.2857 (2.2613)
Popularidade.do.presidente.X. Mesmo.partido.do.presidente	-1.4399 (1.8188)	-1.4417 ** (0.5183)	-1.5894 (1.8233)	-1.6326 (1.6473)
Líder.Nacional	-1.2884 * (0.5030)	-1.2710 * (0.5575)	-1.3990 * (0.5689)	-1.5247 *** (0.4495)
Empregados.públicos.por. 1000.habitantes			-0.0143 (0.0126)	-0.0046 (0.0126)
Impostos.Provinciais				5.3628 *** (1.4289)
R <sup>2</sup>	0.1792	0.1421	0.1328	0.1909
Adj. R <sup>2</sup>	0.1294	0.1169	0.0872	0.1419

Num. obs.	141	141	141	141
-----------	-----	-----	-----	-----

\*\*\* p < 0.001; \*\* p < 0.01; \* p < 0.05

Notas de rodapé: a) a variável dependente de todos os modelos é o Índice de Democracia Subnacional, b) os modelos foram estimados utilizando o método de efeitos aleatórios para dados em painel, c) os dados cobrem os anos de 1999 até 2020, d) os erros padrão são do tipo clustered por tempo<sup>20</sup>.

Tabela 8 – Determinantes do Tamanho Relativo da Folha de Pagamento Provincial

Determinantes do Tamanho Relativo da Folha de Pagamento Provincial	
(Intercept)	119.0066 *** (23.0595)
Transferências.Federais	0.5211 *** (0.0396)
Rendas.de.Recursos.Naturais	-0.0001 (0.0001)
Desenvolvimento	15.9156 (9.7040)
População..log.	-5.6824 *** (1.4281)
R <sup>2</sup>	0.5290
Adj. R <sup>2</sup>	0.5152
Num. obs.	141

\*\*\* p < 0.001; \*\* p < 0.01; \* p < 0.05

Nota de rodapé: a) a variável dependente de todos os modelos é o Empregados Públicos por 1.000 habitantes, b) os modelos foram estimados utilizando o método de efeitos aleatórios para dados em painel, c) os dados cobrem os anos de 1999 até 2020, d) os erros padrão são do tipo clustered por tempo.

Além do efeito do gasto, há outro mecanismo de mediação, o já citado efeito taxaço. Para medir esse efeito, Gervasoni (2010) usa a variável Impostos Provinciais, a qual é a porcentagem da média por mandato das arrecadações originadas dos impostos provinciais coletados. Nesse caso, Transferências Federais e Rendas de Recursos Naturais possuem efeito negativo e significativo e Desenvolvimento também é significativo, mas tem um efeito positivo (Tabela 9). No modelo 4, essa variável - calculada na tabela 8 - foi

<sup>20</sup> Foi escolhido o erro tipo clustered por tempo porque o desvio padrão por província da variável Impostos Provinciais é muito alto, ou seja, há uma maior variação dessa variável entre os grupos do que ao longo do tempo dentro de cada grupo. Logo, a sua variabilidade pode ser mais capturada pela clusterização por tempo, facilitando a estimativa de seu coeficiente.

adicionada e, ao estimar o modelo, foi vista a sua significância. Esse comportamento pode ter ocorrido devido à porcentagem dos impostos provinciais em relação aos recursos federais repassados, já que foram considerados somente os recursos do Fundo de Coparticipação. Além disso, a variável Líder Nacional continuou significativa. Com isso, concluímos, diferentemente de Gervasoni (2010), que a causalidade nas províncias argentinas passa pelo efeito taxaço.

Tabela 9 - Determinantes dos Impostos Provinciais

Determinantes dos Impostos Provinciais	
(Intercept)	0.3811 *** (0.0463)
Transferências.Federais	-0.0008 *** (0.0002)
Rendas.de.Recursos.Naturais	-0.0000 *** (0.0000)
Desenvolvimento	0.1425 ** (0.0458)
R <sup>2</sup>	0.1919
Adj. R <sup>2</sup>	0.1742
Num. obs.	141

\*\*\* p < 0.001; \*\* p < 0.01; \* p < 0.05

Nota de rodapé: a) a variável dependente de todos os modelos é o Impostos Provinciais, b) os modelos foram estimados utilizando o método de efeitos aleatórios para dados em painel, c) os dados cobrem os anos de 1999 até 2020, d) os erros padrão são do tipo clustered por tempo.

Tendo em vista os resultados obtidos, nota-se a importância das Transferências Federais na redução da democracia subnacional, mas, principalmente, da influência do Líder Nacional nessa área, o que mostra o quanto a esfera nacional e as alianças políticas no federalismo têm um papel a desempenhar na democracia.

Como abordado no capítulo anterior, a Argentina possui uma sobrerrepresentação de províncias menores por causa da quantidade fixa de cadeiras no Senado e da quantidade mínima de cadeiras para a Câmara dos Deputados. Segundo Gervasoni (2023), essa característica amplifica a presença nacional de políticos dessas províncias,

as quais costumam depender das transferências federais e são politicamente híbridas. Logo, é dado mais poder para políticos que usam o Estado como ferramenta para tornar os cidadãos mais dependentes economicamente dele. Carlos Menem e Nestór Kirchner são exemplos de políticos que tiveram essa projeção.

Carlos Menem foi o presidente da Argentina entre os anos 1989 e 1999. Em seu primeiro mandato adotou políticas econômicas ortodoxas, como privatizações e a abertura da economia. Em seu segundo mandato, porém, não conseguiu manter a estabilidade econômica. Menem, antes da presidência, havia sido governador da província de La Rioja. Em seu primeiro mandato como governador, em 1973, centralizou o poder e impulsionou a reforma da constituição provincial para permitir a reeleição indefinida para o seu cargo. Porém, em 1976, ocorreu o golpe militar e, por fazer parte da oposição, foi preso. Em 1980, voltou à província, reiniciou sua carreira política e, em 1983, foi eleito governador novamente. Como tinha maioria na Câmara de Deputados provincial, governou a província por meio de seus deputados e conseguiu passar a proposta de reforma da Constituição. (REINOSO, 2019)

Kirchner também foi presidente da Argentina (2003-2007) e, assim como Menem, foi governador de uma província com baixa representação nacional, Santa Cruz (1991-1996; 1999-2003). Nessa província, foi visto como um bom administrador, pois a adoção de medidas impopulares, como a suspensão do pagamento de salários atrasados, foi vista como símbolo de autoridade e capacidade de representação dos interesses da população. (SOSA, 2018) Outra característica do governo Kirchner em Santa Cruz foi lidar mal com críticas e ter dificuldades de conviver com uma imprensa independente. (FIGUEIREDO, 2023).

Há uma característica semelhante tanto no governo provincial do Menem quanto no do Kirchner: a centralização do poder. No primeiro caso, seu irmão havia sido

governador da província em 1971 e, no caso de Kirchner, sua irmã foi governadora entre 2015 e 2023 – além de só ter aliados governando até a última eleição (2023).

Portanto, uma possibilidade para a importância do Líder Nacional para a redução da democracia está relacionada ao caminho traçado pelos governadores para se tornarem presidentes, como mudanças na Constituição Provincial, censura de imprensa e centralização de poder. Ou seja, a autonomia provincial, estipulada pelo federalismo, afeta a democracia subnacional e, conseqüentemente, a democracia nacional.

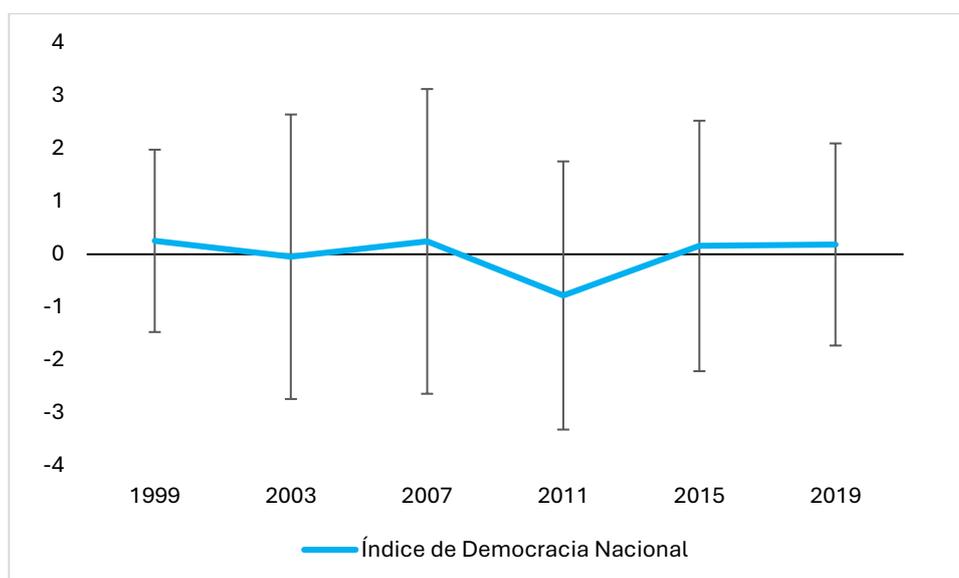
#### **4.5. Democracia nacional**

Como o objetivo dessa pesquisa é observar o impacto do federalismo no país, foi elaborado um índice agregado de democracia, o Índice de Democracia Nacional, a partir do Índice Subnacional. A vantagem de se fazer isso é considerar a influência da democracia dos entes subnacionais na democracia nacional, ressaltando que há presença de regimes subnacionais menos democráticos e mais democráticos. Entretanto, não há um consenso em como calcular a influência de cada ente e como saber qual província tem maior peso na democracia nacional, a que possui a maior população ou a que possui a maior proporção do orçamento?

Como não há muita bibliografia acerca da agregação de dados subnacionais para a construção de um índice nacional de democracia, no primeiro momento, é utilizada a média do Índice de Democracia Subnacional para obter o Índice de Democracia Nacional. O gráfico 4 ilustra as variações da democracia ao longo das primeiras duas décadas deste século. Como visto abaixo, na maioria dos anos, o índice de democracia nacional é estável, ou seja, não houve grandes mudanças na democracia argentina, com exceção das eleições de 2011. No ano em questão, houve uma forte queda do índice subnacional em doze províncias, causada principalmente pelo aumento do controle de sucessão e do

Legislativo e pela redução da competição tanto no Executivo quanto no Legislativo – R o Negro, por exemplo, teve uma queda de 15% na competi o do Executivo, uma queda de 59% na competi o do Legislativo e um aumento de 67% no controle do Legislativo. Como a escala do  ndice subnacional possui uma amplitude de 10,42 (seu menor valor   -5,45 e o maior   4,97), o desvio padrão   alto, o que indica que há grandes desigualdades regionais para a democracia.

Gráfico 4 –  ndice de Democracia Nacional



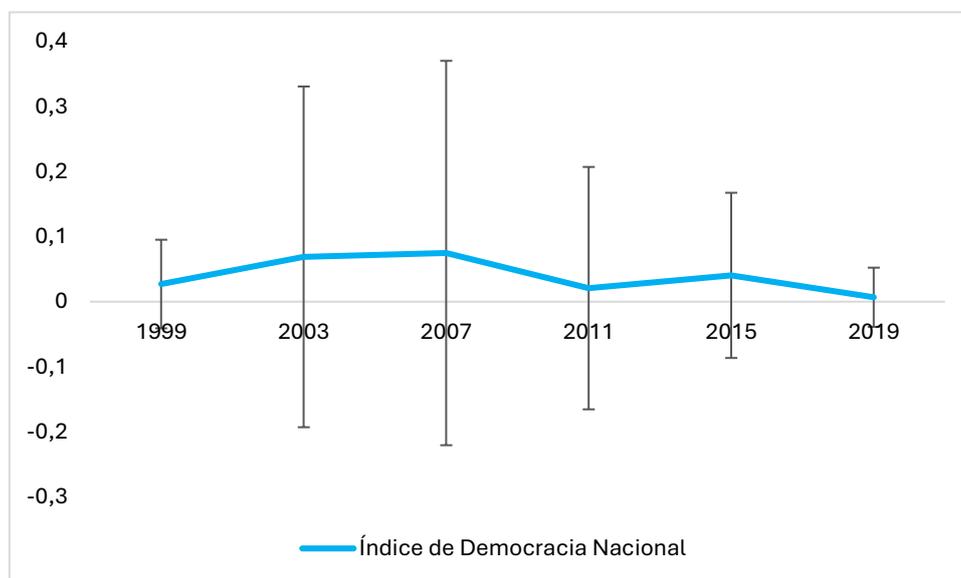
Fonte: elabora o própria.

Entretanto, ao ponderar o  ndice de Democracia Subnacional pela propor o do orçamento de cada província<sup>21</sup>, foi observada uma suaviza o tanto do  ndice Nacional quanto do seu desvio padrão – gráfico 5. Esse comportamento decorre do forte peso da Cidade de Buenos Aires e da província de Buenos Aires no orçamento – juntas, tiveram 39% do orçamento de 2019 -, e por terem um bom  ndice subnacional. Analisando o  ndice de Democracia Nacional Ponderado,   possível ver a forte influência dos grandes

<sup>21</sup> Essa pondera o foi feita com a propor o do orçamento por ele ser uma possível medida de poder dos entes subnacionais.

entes subnacionais, os quais também possuem quase metade da população do país – aproximadamente 45% em 2019 -, na democracia nacional.

Gráfico 5 – Índice de Democracia Nacional Ponderado



Fonte: elaboração própria.

Existem outros índices nacionais de democracia, um exemplo é o *Democracy Index* feito pelo The Economist Intelligence Unit (2020), o qual utiliza uma escala entre 0 e 10 para classificar os países, com base na média de cinco elementos que afetam a democracia<sup>22</sup>. Com base nesse índice, a Argentina é classificada como uma democracia falha – índice 7,02 -, ou seja, as eleições são livres e justas e as liberdades civis são respeitadas, mas há problemas de governança, baixa participação política e a cultura política não é bem desenvolvida. Com isso, mesmo tendo uma metodologia distinta, o Índice de Democracia Nacional é similar ao *Democracy Index*, pois mostra que a

<sup>22</sup> 1) Processo eleitoral e pluralismo; 2) Funcionamento do governo; 3) Participação política; 4) Cultura política; e 5) Direitos civis.

Argentina não é uma totalmente uma democracia – há províncias com um regime híbrido e há províncias democráticas.

O V-Dem, outro índice de democracia, classifica os países em: autocracias fechadas, autocracias eleitorais, democracias eleitorais e democracias liberais, sendo essa ordem uma escala de democratização. De acordo com o V-Dem, a Argentina é uma democracia eleitoral, o que significa que as eleições são livres e justas, e há liberdade de expressão e associação. Para o país ser uma democracia liberal, ele deve ser uma democracia eleitoral e haver a proteção de liberdades individuais, além de ter freios e contrapesos entre as instituições. Dessa forma, seu resultado é semelhante ao Índice de Democracia Nacional. (V-DERM INSTITUTE, 2020)

## 5. Conclusão

Nessa dissertação, foi mostrado como uma instituição, o federalismo, afetou a performance econômica da Argentina e a sua democracia. Primeiramente, foram apresentadas cinco correntes do institucionalismo, a fim de defender o impacto que as instituições têm na economia. Ao decorrer da apresentação, foi definido que seria adotada a vertente do novo institucionalismo. Para incluir uma análise com um maior foco na região em que o país está inserido, também foram apresentados textos acerca da influência das instituições nos países latino-americanos.

De forma a restringir o objeto a ser estudado, foi analisada uma instituição específica, o federalismo. Essa forma de organização política tem um efeito sobre a economia, principalmente se a autonomia dos entes subnacionais for grande o suficiente para vetarem legislações no nível federal. Porém, o segmento do federalismo que está mais conectado a economia é o federalismo fiscal. Há diversos artigos que ligam a dependência exacerbada de transferências fiscais e os *bailouts* feitos pelo governo central a maiores déficits e crescimento econômico reduzido.

Para aprofundar a discussão para a situação argentina, foi explicada a situação atual do federalismo do país, como funciona as eleições para Câmara dos Deputados e para o Senado e como se dá a autonomia das províncias. Também foi descrito o sistema tributário federal e provincial, ressaltando o Fundo de Coparticipação Federal dos Impostos. Com base nos dados do DNAP, foi observado o forte desequilíbrio fiscal vertical, indicando a dependência de diversas províncias em relação ao governo central.

No federalismo argentino, as províncias menores e mais pobres são sobrerrepresentadas na Câmara e no Senado e os governadores são responsáveis pela carreira da maioria dos políticos, portanto, eles possuem uma grande influência nas pautas do governo central. Além disso, por terem a possibilidade de marcar as datas das eleições

provinciais, os líderes nacionais, por vezes, precisam motivar a cooperação provincial se desejarem marcar essas eleições próximas às eleições nacionais.

O federalismo fiscal argentino, principalmente por causa do Fundo Coparticipação, possui um problema de *common pool resources*, no qual as províncias não possuem incentivos para recolher seus impostos por causa das transferências federais. Essa característica, em conjunto com os *bailouts* do governo central, as induz a manter ou aumentar seus gastos, sem a preocupação de ter que pagar as dívidas ou de “quebrar”. Mesmo com tentativas de reforma, como os Pactos Fiscais e os Consensos, o sistema tributário argentino continua com esses problemas. Logo, as províncias possuem altos déficits e dívidas, além de uma baixa arrecadação, contribuindo para a atual situação econômica do país.

Além de influenciar a economia, o federalismo impacta a democracia subnacional e, por consequência, a democracia nacional. Tendo sua hipótese embasada na teoria de rentismo, Gervasoni (2010) analisa como o federalismo fiscal e as rendas dos recursos naturais afetam a democracia subnacional e, nesse trabalho, esse estudo é atualizado. Ao elaborar o Índice de Democracia Subnacional e utilizá-lo como a variável dependente em um modelo de efeitos aleatórios, foi concluído que as transferências federais e o governador pertencer ao partido de um ex-presidente ou ex-candidato à presidência são significativos para a redução da democracia.

Logo, pode-se concluir que o federalismo, por meio da autonomia provincial e do federalismo fiscal, contribuiu para a situação econômica atual do país - por meio do comportamento perdulário das províncias - e afetam a democracia nacional.

## Bibliografía

ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J. A. Institutions as a Fundamental Cause of Long-Run Growth. Em: **Handbook of Economic Growth**. [s.l: s.n.]. v. 1Ap. 385–472, 2005a.

ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J. A. The Colonial Origins of Comparative Development: An Empirical Investigation. **American Economic Review**, v. 91, n. 5, p. 1369–1401, 2001.

ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J. The rise of Europe: Atlantic trade, institutional change, and economic growth. **American Economic Review**, v. 95, n. 3, p. 546–579, 2005b.

ARDANAZ, M., LEIRAS, M., TOMMASI, M. The Politics of Federalism in Argentina and its Implications for Governance and Accountability. **World Development**, v. 53, p. 26-45, 2014.

ARGENTINA. Ley N° 22.847, de 12 de julho de 1983. **Ley de Convocatoria Electoral**. Ciudad de Buenos Aires. Disponível em: <<https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-22847-195989/texto>>. Acesso em: 21 out. 2024.

ARGENTINA. Ley N° 23.548, de 7 de janeiro de 1988. **Coparticipación Federal de Recursos Fiscales**. Ciudad de Buenos Aires. Disponível em: <<https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-23548-21108/actualizacion>>. Acesso em 22 out. 2024.

ARGENTINA. Ley N° 23.966, de 1 de agosto de 1991. **Ley N° 23.966**. Ciudad de Buenos Aires. Disponível em: <<https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-23966-365/actualizacion>>. Acesso em: 22 out. 2024.

ARGENTINA. Ley N° 24.977, e 3 de junho de 1998. **Régimen Simplificado para Pequeños Contribuyentes**. Ciudad de Buenos Aires. Disponível em: <[https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-24977-51609/actualizacion#:~:text=22%2F7%2F2021%2C%20PROGRAMA,Oficial%20de%20la%20Rep%C3%BAblica%20Argentina.\)](https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-24977-51609/actualizacion#:~:text=22%2F7%2F2021%2C%20PROGRAMA,Oficial%20de%20la%20Rep%C3%BAblica%20Argentina.)>)>. Acesso em: 5 dez. 2024.

ARGENTINA. [Constitución, 1994]. **Constitución de la Nación Argentina**. Ciudad de Buenos Aires. Disponível em: <<https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-24430-804/texto>>. Acesso em: 21 out. 2024.

BLANCO, L. Finance, growth, and institutions in Latin America: What are the links? **Latin American Journal of Economics**, v. 50, n. 2, p. 179–208, 2013.

BECK, N. Time-Series–Cross-Section Data: What Have We Learned in the Past Few Years? **Annual Review of Political Science**, v. 4, p. 271–293, 2001.

BENTON, A. L. What Makes Strong Federalism Seem Weak? Fiscal Resources and Presidential-Provincial Relations in Argentina, **The Journal of Federalism**, v. 39, n. 4, p. 651-676, 2008.

BESFAMILLE, M., SANGUINETTI, P. Formal and real fiscal federalism in Argentina. **CSGR Working Paper No. 115/03**, 2003.

- BRITANNICA. **Federalism.** Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/federalism>>. Acesso em: 14 jan. 2025.
- BRITANNICA. **Kleptocracy.** Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/kleptocracy>>. Acesso em: 14 jan. 2025.
- CALVO, E.; MURILLO, M. V. Who Delivers? Partisan Clients in the Argentine Electoral Market. **American Journal of Political Science**, v. 48, n. 4, p. 742-757, 2004.
- CHANG, H. J. Institutions and economic development: Theory, policy and history. **Journal of Institutional Economics**, v. 7, n. 4, p. 473–498, dez. 2011.
- CHANG, H.-J.; EVANS, P. The role of institutions in Economic Change. Em: **Re-imagining Growth**. [s.l: s.n.]. v. London: Zed Pressp. 99–140, 2005.
- CHONG, A.; ZANFORLIN, L. Inward-looking policies, institutions, autocrats, and economic growth in Latin America: An empirical exploration. **Public Choice**, v. 121, p. 335–361, 2004.
- COASE, R. H. The Institutional Structure of Production. **The Nobel Prize**, 9, dezembro, 1991. Disponível em: <<https://nobelprize.org/prizes/economic-sciences/1991/coase/lecture/>>. Acesso em: 26 ago. 2024.
- COATSWORTH, J.H. Structures, Endowments, and Institutions in the Economic History of Latin America. **Latin America Research Review**. v. 40, n. 3, p. 126-144, 2005.
- COATSWORTH, J.H. Inequality, Institutions and Economic Growth in Latin America. **Journal of Latin American Studies**. v. 40, n. 3, p. 545-569, 2008.
- COMMONS, J. R. Institutional Economics. **American Economic Review**, v. 21, p. 648–657, 1931.
- CONCEIÇÃO, O. A. C. A contribuição das abordagens institucionalistas para a constituição de uma teoria econômica das instituições. **Ensaio FEE**, v. 23, n. 1, p. 77–106, 2002.
- CSIPKA, J. P. Intervenciones federales, una práctica que marcó la política argentina. **Página12**, Ciudad de Buenos Aires, 29, fevereiro, 2024. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/716937-intervenciones-federales-una-practica-que-marco-la-politica->>. Acesso em: 14 jan. 2025.
- DE ALMEIDA, S. J.; ESPERIDIÃO, F.; DE MOURA, F. R. The impact of institutions on economic growth: Evidence for advanced economies and Latin America and the Caribbean using a panel VAR approach. **International Economics**, v. 178, 1 ago. 2024.
- DEIE. **1914 - Tercer Censo Nacional.** Disponível em: <<https://deie.mendoza.gov.ar/#!/censos-productivos/1914-tercer-censo-nacional-38>>. Acesso em: 5 nov. 2024.
- DEIS, 2022. **Tasa de Mortalidad Infantil.** Disponível em: <<https://datos.gob.ar/dataset/salud-tasa-mortalidad-infantil>>. Acesso em: 23 set. 2024.
- DIAMOND, L. **Developing Democracy: Toward Consolidation.** Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1999.
- DIRECCIÓN NACIONAL ELECTORAL. **Resultados electorales.** Disponível em: <<https://www.argentina.gob.ar/dine/resultados-electorales>>. Acesso em: 01 ago. 2024.

DOCQUIER, F. **Identifying the effect of institutions on economic growth**. Ottignies-Louvain-la-Neuve: UCL, 2013. (Texto para discussão n. 30)

DNAP, 2024. **Recursos Tributarios Provinciales**. Disponível em: <<https://www.economia.gob.ar/dnap/recursos.html>>. Acesso em: 22 ago. 2024.

DNAP, 2025. **Deuda Pública Provincial**. Disponível em: <<https://www.economia.gob.ar/dnap/deuda.html>>. Acesso em: 15 jan. 2025.

ENGERMAN, S. L.; SOKOLOFF, K. L. Factor Endowments, Inequality, and Paths of Development among New World Economies. **NBER Working Paper Series 9259**, 2002.

FELD, L. P.; SCHNELLENBACH, J. Fiscal federalism and long-run macroeconomic performance: a survey of recent research. **Environment and Planning C: Government and Policy**, v. 29, n. 2, p. 224-243, 2011.

FELD, L. P.; ZIMMERMANN, H.; DÖRING, T. Federalism, decentralization, and economic growth. **Marburger Volkswirtschaftliche Beiträge**, n. 30, 2004.

FIGUEIREDO, J. **¿Qué pasa, Argentina?** História, política, manias e paixões dos nossos hermanos. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2023.

GERVASONI, C. **Fiscal Federalism as a Source of Rents: Subnational Rentier States and Democracy in Argentina**. In: 2009 Annual Meeting of the American Political Science Association, 3-6 set. 2009, Toronto.

\_\_\_\_\_. A Rentier Theory of Subnational Regimes: Fiscal Federalism, Democracy, and Authoritarianism in the Argentine Provinces. **World Politics**, v. 62, n. 2, p. 302-340, 2010.

HSIAO, C. **Analysis of panel data**. New York: Cambridge University Press, 2014.

GERRING, J et al. Democracy and human development: issues of conceptualization and measurement. **Democratization**, v. 28, n. 2, p. 308-332, 2020.

GERRING, J.; THACKER, S.; ALFARO, R. Democracy and Human Development. **The Journal of Politics**, v. 74, n.1, p. 1-17, 2012.

GERVASONI, C. Cuatro Décadas de Federalismo y Democracia: Tendencias y Sorpresas. **Desarrollo Económico. Revista de Ciencias Sociales**, v. 63, n. 240, p. 162-172, 2023.

\_\_\_\_\_.  
GORDIN, J. P. Delegative Federalism? Subnational Abdication and Executive Fiscal Centralisation in Argentina. **Political Studies Review**, v. 20, n. 2, p. 265-281, 2020.

\_\_\_\_\_. Patronage-Preserving Federalism? Legislative Malapportionment and Subnational Fiscal Policies in Argentina. **GIGA Working Papers 52**, 2007.

GREEVE, M. S. Our Federalism Is Not Europe's. It's Becoming Argentina's. **Duke Journal of Constitutional Law & Public Policy**, v. 7, n. 2, p. 17-42, 2012.

GREIF, A. Introduction. Em: **Institutions and the Path to the Modern Economy: Lessons from Medieval Trade**. New York: Cambridge University Press, 2006. p. 1-31.

HODGSON, G. M. Institutional Economics: Surveying the "Old" and the "New". **Metroeconomica**, v. 44, n. 1, p. 1-28, 1993.

- INDEC. **Censos**. Disponível em: <<https://www.indec.gov.ar/indec/web/Nivel3-Tema-2-41>>. Acesso em: 4 out. 2024.
- JENSEN, N. Political Risk, Democratic Institutions, and Foreign Direct Investment. **Journal of Politics**, v. 70, n. 4, p. 1040–1052, 2008.
- LATINBAROMETER. **Datos**. Disponível em: <<https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>>. Acesso em: 21 set. 2024.
- LOPES, H. C. Instituições e crescimento econômico: os modelos teóricos de Thorstein Veblen e Douglass North. **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 4, p. 619–637, 2013.
- MALEKI, A.; HENDRIKS, F. The relation between cultural values and models of democracy: a cross-national study. **Democratization**, v. 22, n. 6, p. 981-1010, 2014.
- MATOS, D. A. S.; RODRIGUES, Erica C. **Análise Fatorial**. Brasília: Enap, 2019.
- MELO, M. A. O Leviatã Brasileiro e a Esfinge Argentina: os determinantes institucionais da política tributária. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 58, p. 91-128, 2005.
- MOKYR, J. **A Culture of Growth: The origins of the modern economy**. Princeton: Princeton University Press, 2016.
- MOORE, M. Revenues, State Formation, and the Quality of Governance in Developing Countries. **International Political Science Review**, v. 25, n. 3, p. 297-319, 2004.
- MORSELLI, A. Growth and Institutional Changes: a Historical Evolution. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 41, n. 2, p. 292–313, 1 abr. 2021.
- MUFTI, M. What Do We Know about Hybrid Regimes after Two Decades of Scholarship? **Politics and Governance**, v. 6, n. 2, p. 112-119, 2018.
- OBSERVATORIO POLÍTICO ELECTORAL. **Resultados Electorales**. Disponível em: <<https://resultados.mininterior.gob.ar/>>. Acesso em: 01 ago. 2024.
- OPC, 2020. **Federalismo Fiscal en Argentina**. Evolución Reciente y Perspectiva Histórica. Disponível em: <<https://opc.gob.ar/estudios-especificos-tributarios/federalismo-fiscal-en-la-argentina-evolucion-reciente-en-la-perspectiva-historica/>>. Acesso em: 15 jan. 2025.
- REINOSO, G. El Caudillismo como Forma de Ejercicio de Poder Político: la Estrategia Construcción Política de Carlos Menem, 1973-1986. **PolHis**, v. 12, n. 24, p. 64-93, 2019.
- REZZOAGLI, L. C.; BAZZA, A. Aspectos clave del federalismo fiscal y las asimetrías regionales en la República Argentina. **Revista VIA IURIS**, n. 13, p. 61-71, 2012.
- RODDEN, J. The Dilemma of Fiscal Federalism: Grants and Fiscal Performance around the World. **American Journal of Political Science**, v. 46, n. 3, p.670-687, 2002.
- RODRIK, D.; SUBRAMANIAN, A.; TREBBI, F. Institutions Rule: The Primacy of Institutions Over Integration and Geography in Economic Development **NBER Working Paper No 9305**. Cambridge: [s.n.], 2002.
- ROSS, M. Does Oil Hinder Democracy? **World Politics**, v. 53, n.3, p. 325–361, 2001.
- SACHSIDA, A. Qualidade das instituições e crescimento econômico. In: Oliveira, Carlos (Org.). **Boletim regional, urbano e ambiental**. Brasília: Ipea, 2011.

SAIEGH, S. M.; TOMMASI, M. Why is Argentina's Fiscal Federalism so Inefficient? Entering the Labyrinth. **Journal of Applied Economics**, v. 2, n. 1, p. 169-209, 1999.

SANTANDER, 2024. **Argentina: Ambiente Empresarial**. Disponível em: <<https://santandertrade.com/pt/portal/internacionalize-se/argentina/ambiente-empresarial#:~:text=Um%20imposto%20de%20selo%20de,s%C3%A3o%20aplicadas%20em%20certos%20casos.>>. Acesso em: 5 dez. 2024.

SARTORI, G. **A Teoria da Democracia Revisitada**. São Paulo: Ática, 1994.

SCHITTER, P.; KARL, T. What Democracy is ... and is Not. **Journal of Democracy**, v. 1, n. 3, p. 75-88, 1991.

SECRETARÍA DE ENERGÍA. **Regalías de Petróleo Crudo, Gas Natural, GLP, Gasolina y Condensado**. Disponível em: <<https://www.energia.gob.ar/contenidos/verpagina.php?idpagina=3181>>. Acesso em: 4 out. 2024.

SHAH, A. Fiscal decentralization and fiscal performance. **Policy Research Working Paper, No. 3786**, 2005.

SOSA, P. "Ordenar la provincia": Sobre el carisma de Néstor Kirchner en Santa Cruz (1991-1996). **Perfiles Latinoamericanos**, v. 26, n. 51, p. 37-61, 2018.

STURZENNEGER, F.; WERNECK, R. L. F. Fiscal Federalism and Procyclical Spending: The Cases of Argentina and Brazil. Em: **Fiscal Policy, Stabilization, and Growth: Prudence or Abstinence?** Washington D.C.: The World Bank, 2008, p. 121-158.

TARRICONE, M. Elecciones 2023: 3 provincias permiten la reelección indefinida y sólo 2 habilitan un mandato. **Chequeado**, Ciudad de Buenos Aires, 10, maio, 2023. Disponível em: <<https://chequeado.com/el-explicador/elecciones-2019-tres-provincias-permiten-la-reeleccion-indefinida-y-solo-dos-habilitan-un-mandato/>>. Acesso em: 21 out. 2024.

THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT, 2020. **Democracy Index 2019**. Disponível em: <[https://www.eiu.com/public/topical\\_report.aspx?campaignid=democracyindex2019](https://www.eiu.com/public/topical_report.aspx?campaignid=democracyindex2019)>. Acesso em: 23 jan. 2025.

TOW, A. **Atlas Electoral de Andy Tow**. Disponível em: <<https://www.andytow.com/access/index.php>>. Acesso em: 10 out. 2024.

TSAI, M.-C. Does Political Democracy Enhance Human Development in Developing Countries? **American Journal of Economics and Sociology**, v. 65, n. 2, p. 233-268, 2006.

ULFELDER, J. Natural-Resource Wealth and the Survival of Autocracy. **Comparative Political Studies**, v. 40, n. 8, p. 995-1018, 2007.

V-DERM INSTITUTE, 2020. **Democracy Reports**. Disponível em: <<https://www.v-dem.net/publications/democracy-reports/>>. Acesso em: 23 jan. 2025.

VOIGT, S.; BLUME, L. The economic effects of federalism and decentralization – a cross-country assessment. **Public Choice**, v. 151, n. 1/2, p. 229-254, 2012.

WILLIAMSON, O. E. The New Institutional Economics: Taking Stock, Looking Ahead. **Journal of Economic Literature**, v. 38, n. 3, p. 595-613, 2000.

WILSON, S. E.; BUTLER, D. M. A Lot More to Do: The Sensitivity of Time-Series Cross-Section Analyses to Simples Alternative Specifications. **Political Analysis**, v. 15, n. 2, p. 101-123.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introductory Econometrics: A Modern Approach**. Mason: South-Western Cengage Learning, 2013.

WOLF JR., C. Institutions and Economic Development. **American Economic Association**, v. 45, n. 5, p. 867–883, 1955.